

OBRAS PUBLICADAS NESTA COLECCÃO:

- 1 — *O Mito do Estado*, Ernst Cassirer
- 2 — *Teoria da Literatura*, René Wellek e Austen Warren
- 3 — *A Matemática Moderna*, Irving Adler
- 4 — *Sociologia das Doenças Mentais*, Roger Bastide
- 5 — *Grupo-Análise Terapêutica*, S. H. Foulkes
- 6 — *Os Grandes Socialistas e a Educação*, Maurice Dommanget
- 7 — *O Paradigma Perdido: a Natureza Humana*, Edgar Morin
- 8 — *Teoria Política e Socialismo*, Umberto Cerroni
- 9 — *As Leis Naturais do Casamento*, Wolfgang Wickler
- 10 — *O Pensamento Jurídico Soviético*, Umberto Cerroni
- 11 — *História da Psicologia*—I. *Da Antiguidade a Bergson*, F.-L. Mueller
- 12 — *História da Psicologia*—II. *A Psicologia Contemporânea*, F.-L. Mueller
- 13 — *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, autor desconhecido (actualização, introdução e comentários de José H. Saraiva)
- 14 — *História da África Negra*—I, Joseph Ki-Zerbo

Se deseja receber, gratuita e periodicamente, informações bibliográficas sobre a actividade de Publicações Europa-América e sobre o movimento editorial do País e do estrangeiro, queira enviar-nos, num simples postal, o seu nome e a sua morada

JOSEPH KI-ZERBO

HISTÓRIA DA ÁFRICA NEGRA—I

Edição revista e actualizada pelo autor

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

INTRODUÇÃO

As tarefas da história na África

«Recorda! A recordação está cheia de ensinamentos úteis. Nos seus recônditos existe o necessário para mitigar a sede da elite dos que venham beber.»

SIDI YAYA, citado por Es Saadi no *Tarikh es Soudan*.

«A história dirá um dia a sua palavra... A África escreverá a sua própria história.»

PATRICE LUMUMBA
(na última carta a sua mulher)

Não é preciso ser historiador para observar que não se passa mês nenhum no mundo sem que sejam publicados vários livros sobre a história da África. A valorização do passado deste continente é um sinal dos tempos. O motivo subjectivo é evidente. Para os Africanos trata-se da procura de uma identidade por meio da reunião dos elementos dispersos de uma memória colectiva. Este ardor subjectivo tem, ele próprio, o seu funcionamento objectivo no acesso à independência de numerosos países africanos. Durante a colonização, a sua história não passava de mero apêndice, de acrescento à história do país colonizador. «O Senegal, no século XIX», era essencialmente «a obra de Faidherbe». Quebrado que foi o parêntese colonial, estes países assemelham-se um pouco ao escravo libertado que se põe à procura dos seus e quer saber a origem dos antepassados. Quer também transmitir aos filhos aquilo que encontrou. Daí a vontade de integrar a história africana nos programas escolares.

De resto, a África, saída da sombra para passar ao primeiro plano na cena internacional, tornou-se um tema de interesse. Muitos são os homens, em todos os continentes, entre os especialistas da política internacional, no grande público, até nos santuários da finança, que perguntam a si mesmos: «Mas, no fundo, o que são estes Africanos, que estão no ponto fulcral da actualidade? Que fizeram até aqui? Donde vêm?» Porque só é possível conhecer bem um povo, como um indivíduo, se esse conhecimento alcança uma certa dimensão histórica. Para julgar ou extrapolar não é suficiente o conhecimento da realidade actual. É o conhecimento de toda a curva que conta.

Outro elemento objectivo desta revalorização é constituído pelas descobertas recentes que a história e a arqueologia acumularam, pondo a descoberto civilizações inteiras (Ife, Nok, vale do Rift, etc.) e o papel-motor desempenhado em muitas situações pela África na história universal.

Em suma, todo um público de jovens à busca do seu património, de gente interessada que quer compreender melhor o que se passa conhecendo o que se passou, de estudantes e de investigadores não africanos, constitui uma imensa procura potencial, sempre com tendência para crescer. Raramente uma disciplina beneficiou de ocasião tão magnífica. Mas, tendo em conta as dificuldades que é preciso vencer para dar uma resposta autorizada a esta expectativa, constitui também esta ocasião um desafio ao historiador da África e ao historiador em geral. Como aceitar este desafio da maneira mais satisfatória, mais conforme às regras e aos ideais da história? Este é o problema.

Antes, porém, de lançarmos uma vista de olhos sobre as dificuldades e as modalidades da investigação histórica em África, urge dismantelar rapidamente a barragem de mitos erguidos contra essa história.

A) A BARRAGEM DOS MITOS

A posição mais radical a este respeito é a que consiste em dizer que a história da África (Negra) não existe. No seu *Curso sobre a Filosofia da História*, em 1830, declarava Hegel: «A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que a sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natural e que deve ser aqui apresentado apenas como no limiar da história do mundo.»

Coupland, no seu manual *L'Histoire de l'Afrique Orientale*, escrevia (em 1928, é verdade): «Até D. Livingstone pode-se dizer que a África propriamente dita não tivera história. A maior parte dos seus habitantes tinham permanecido, durante tempos imemoriais, mergulhados na barbárie. Tal fora, ao que parece, o desígnio da natureza. Eles permaneciam no estagnamento, sem avançar nem recuar.»

Outra citação característica: «As raças africanas propriamente ditas — à excepção do Egipto e de uma parte da África Menor — não participaram na história, tal como a entendem os historiadores... Não me recuso a aceitar que tenhamos nas veias algumas gotas de um sangue africano (de africano de pele provavelmente amarela), mas devemos confessar que aquilo que delas pode subsistir é muito difícil de encontrar. Portanto,

apenas duas raças humanas que habitam a África desempenharam um papel digno de nota na história universal: em primeiro lugar e de maneira considerável, os Egípcios; depois, os povos do Norte de África.»¹

Em 1957 foi P. Gaxotte que escreveu sem pestanejar, na *Revue de Paris*: «Estes povos [está-se a ver de que povos se trata...] nada deram à humanidade. E deve ter havido qualquer coisa neles que os impediu. Nada produziram. Nem Euclides, nem Aristóteles, nem Galileu, nem Lavoisier, nem Pasteur. As suas epopeias não foram cantadas por nenhum Homero.»²

Na realidade, Bala Faseké, o *griot*³ malinqués de Sundjata, não se chamava Homero. Mas que homens cultos, e para mais historiadores, tenham escrito sem emoção inépcias deste calibre poderia fazer que duvidássemos do valor da história como disciplina capaz de formar o espírito. Alguns entre os nossos melhores amigos, até entre os nossos mestres, sucumbem a este pecado tão vulgar no historiador europeu. Um grande historiador como Charles-André Julien chega ao ponto de intitular «L'Afrique, pays sans Histoire» um parágrafo da sua obra *L'Histoire de l'Afrique*. Escreve aí: «A África Negra, a verdadeira África, furta-se à história.»

Poder-se-iam citar muitos outros historiadores. Com efeito, os autores imbuídos de um preconceito racista encontram-se neste campo a par daqueles que têm uma ideia acanhada das provas que são necessárias para fazer a história. Aproximam-se, de resto, e bastante curiosamente, de certos historiadores marxistas que trazem consigo, eles também, a sua rigidez. O grande historiador e homem de Estado húngaro E. Sik, que, aliás, estabelece certos excelentes princípios de método, escreve: «A grande maioria dos povos africanos, como não têm classes, não constituem Estados no sentido estrito da palavra. Mais exactamente, o Estado e as classes sociais apenas existiam na fase embrionária. É por isso que, no que respeita a estes povos, não se pode falar da sua história, no sentido científico do termo, mas antes do aparecimento dos usurpadores europeus.»

Assinala ele, no entanto, que «a história da África Negra tem uma importância particular, porque confirma de maneira brilhante e com frequência ilustra de maneira bem nítida várias teses de Marx, de Lenine e de Estaline no campo das ciências históricas»⁴.

Em resumo, a história da África torna-se como o albergue espanhol,

¹ Eugène Pittard, *Les Races et l'Histoire*, Paris, 1953, Ed. Albin Michel, p. 505.

² *La Revue de Paris*, Outubro de 1957, p. 12.

³ Os *griots*, na Senegâmbia e países vizinhos, são muito mais do que simples feiticeiros ou quimbandas. Historiadores e poetas, cultivam a música e guardam as tradições. Desempenham muitas vezes as funções de conselheiros dos príncipes. (N. do T.)

⁴ Endre Sik, *Histoire de l'Afrique Noire*, Akademiai Kiado, Budapeste, 1965, t. I, p. 19.

onde cada qual encontra aquilo que para lá leva... Talvez seja, de resto, essa a razão por que aí se nos deparam tantos clientes tão heteróclitos.

Aqueles que não articulam teses tão radicais em relação à nossa história arquitectam mitos tanto mais venenosos quanto mais matizados são. O principal desses mitos é a passividade histórica dos povos africanos, e dos povos negros em particular. Encontra-se esta ideia, sob uma forma ou outra, em quase todas as obras dos mestres europeus da ciência histórica africana. Nenhuma ou quase nenhuma dinâmica progressiva nestas sociedades ou raças desfavorecidas. E com frequência se é amável (ou astuto...) a ponto de atirar para cima do sol e dos mosquitos a responsabilidade deste atraso. Foram os Hamitas caucásios que, infiltrando-se no Sul da África, lhes levaram os conhecimentos da domesticação da natureza pelas técnicas. As minas de ouro, os processos de modelação com cera perdida, o estilo naturalista de Ife, as pedras de Aigris, a ideia da organização estadual, etc., tudo isso provém de brancos, eventualmente de vermelhos ou de morenos, mas que não passam de brancos «mal identificados». «Foi provavelmente pelos Árabes que a técnica da modelação com cera perdida, praticada em toda a Eurásia desde a Idade do Bronze... atravessou o Sara. A hipótese de trabalho mais corrente consiste em atrair artesãos árabes à corte dos soberanos negros e em fazer que ensinassem as suas técnicas às raças aliás admiravelmente dotadas do Sul da Nigéria.»⁵

«Com efeito, a história da África ao sul do Sara é, em grande parte, a história da sua penetração no decorrer das idades pela civilização camítica.» (D. Paulme.)

«No Sahel ao sul do Sara estabeleceram-se estados e impérios instalados por grupos de invasores de pele clara (berberes, judeus), vindos da África do Norte, ou por negros que deles tinham aprendido os métodos de guerra.»⁶

«Em geral, a África ocidental comportou-se como um vasto beco sem saída, recebendo, diluindo e, finalmente, assimilando ou esterilizando os elementos exteriores.»⁷

«A Nigéria é o que é porque foi, se assim se pode dizer, uma colónia mediterrânica.»⁸ (Gauthier.)

O Negro matéria-prima malaxada no decorrer dos tempos pelas influências exteriores, vindas dos Fenícios, dos Gregos, dos Romanos, dos Judeus, dos Árabes, dos Persas, dos Hindus, dos Chineses, dos Indo-

⁵ Cornevin, *Histoire des peuples de l'Afrique Noire*, Berger Levrault, 1960, p. 231.

⁶ Kingsworth, *Africa South of the Sahara*, Cambridge, 1963, p. 14.

⁷ S. Trimingham, *History of Islam in West Africa*, 1962, p. 19.

⁸ E. F. Gauthier, *L'Afrique Noire occidentale*, Paris, 1963, Ed. Larose, p. 127. O mesmo autor escreve: «Temos o direito de perguntar o que cultivava e comia a África antes de Cristóvão Colombo, há três séculos apenas.» *Ibid.*, p. 90.

nésios e (*last but not least!*) dos Europeus, tal é a tela de fundo que serve de ponto de partida para a investigação de certos historiadores africanos e para a maior parte dos historiadores não africanos. Não partia um historiador de renome, o Dr. Fage, da expressão «homem vermelho», contida na tradição da origem dos Mossis-Dagombas, para supor que os antepassados destes povos fazem parte dos invasores não negros que criaram os reinos *kanembu*, *haúca* e *songaí*? Ora, hoje, ainda um preto de tez clara é chamado «homem vermelho» (*quintan* em samo, *kyeblé* em bambara, *ra ziengha* em moré). Da mesma maneira, pretende outro autor que os nobres *mossis* apresentam traços semíticos muito acentuados, que nada têm de negróides. E Eliot Skinner replica, muito a propósito, que, se nos restringíssemos aos três últimos *mogho-nabas*, se concluiria pela generalização igualmente falsa de que os príncipes *mossis* eram mais negróides do que o povo em geral. «Se distinguimos ordinariamente», escreve R. Cornevin, «entre estes caucásios africanos, os camitas orientais, os camitas setentrionais e os Semitas, que teriam servido de fermento à África Negra, admite-se, contudo, que o termo *camita* tem apenas um valor cultural e linguístico.»

No entanto, fala-se ainda correntemente de «raças morenas» e um arqueólogo anglo-saxão não hesita em falar de «população de sangue camita». É verdade que se trata do mesmo que pretende que os Negros têm um excesso de pigmento por debaixo da pele e que têm as narinas de largura anormal, *unusual*, o que os distinguiria do Branco, do Moreno, do Peule, etc. Mas este moreno ideal, este peule de Platão, nunca ninguém o encontrou! As linhas de demarcação raciais só existem na imaginação dos seus autores. Por favor, acabemos com esta história de boticários ou de veterinários, que muito se parece com o *pedigree* dos cavalos de raça.

Outros partem da ausência de revolução fundamental nas sociedades negras para daí tirarem conclusões racistas, quando um mínimo de conhecimento da evolução das sociedades humanas e, em particular, das pré-condições tecneconómicas de qualquer revolução os teria dissuadido de tais aberrações. Além do mais, o argumento a silêncio que leva a dizer que a África ficou imóvel desde há milénios não passa de um sofisma que denota a nossa ignorância actual quanto às transformações que se operaram na história africana. No entanto, o pouco que delas sabemos indica-nos de forma eloquente transformações africanas autónomas, verdadeiras mudanças de rumo efectuadas seja sob a influência de mutações nas técnicas agrárias ou metalúrgicas, seja pelo poder criador de personalidades de relevo, como Mamary Culibaly, Anokye, Osei Tutu, Usman dan Fodio, Chaka, Harris, Samori, etc.

Quanto à contribuição dos Negros para o movimento da história universal, basta-nos citar as invenções técnicas africanas do Paleolítico, a importância do ouro e dos negociantes do Sudão no comércio euro-

-asiático da Idade Média, a participação do capital-trabalho negro no desenvolvimento da revolução industrial e o papel planetário desempenhado pelos Afro-Americanos na formação do sentido artístico desde há mais de meio século para cá. Ao dizer isto, não somos movidos por nenhum complexo, nem de superioridade nem de inferioridade, mas por um «complexo» de igualdade. Não negamos, de resto, as influências recebidas pela África quando elas são cientificamente comprovadas, como seja o caso da introdução do camelo, da mandioca e do tabaco americano, etc. Dizemos, porém, que estamos fartos da história racista, sob qualquer forma que se apresente. Não admitimos as influências em sentido único, erigidas em sistema. Não admitimos ser considerados como instrumentos perpetuamente passivos, nem que se extrapole a partir do capitalismo triunfante do século XIX europeu para fazer de toda a história africana um reflexo escabroso do universo, um beco sem saída em que se vêm extinguir as influências civilizadoras de todos os continentes.

A maior parte destas extravagâncias resultam, evidentemente, dos preconceitos dos seus autores. Resultam também da conjuntura neocolonialista em que mergulham ainda os países em que trabalham muitos dos investigadores. Mas, sobretudo, estas aberrações revelam os pontos obscuros e as dificuldades da investigação histórica em África.

B) DIFICULDADES E MÉTODOS

1. As fontes escritas

Todos os bons historiadores sabem que a musa Clio não deixa transparecer facilmente os seus segredos. Os historiadores da África sabem-no muito em particular. A dificuldade que nos ocorre imediatamente é a pretensa ausência de documentos. A história, diz-se, é feita com documentos escritos. Ora em África não existem quaisquer destas fontes, ou existem muito poucas. Portanto, de nada, nada se tira. Apesar de todos os anos se publicarem, no entanto, bastantes livros sobre a história da África... Com efeito, a dificuldade principal aqui também é que não nos colocamos ainda perante o problema histórico africano numa perspectiva puramente científica, humanista e africana.

Os documentos escritos, de que se deplora a raridade, são de facto muito menos numerosos de que nos outros continentes. Mas estão sobretudo mal distribuídos por períodos e por regiões.

As fontes escritas podem ser classificadas nas grandes categorias a seguir indicadas.

- Fontes antigas (egípcias, núbias e greco-latinas).
- Fontes árabes.
- Fontes europeias ou soviéticas (narrativas ou de arquivos).
- Fontes africanas «recentes» (meroítas, etíopes, em língua ou em escrita árabe, em escrita africana moderna, em língua europeia ...).
- Fontes asiáticas ou americanas.

As fontes árabes contam-se entre as mais importantes por várias razões. Em particular, porque podem elucidar grandes períodos obscuros desta história, e estamos longe de haver extraído delas toda a moela histórica com as substâncias que nos oferece.

Os principais autores (que não são todos árabes) são Masudi⁹, Ibn Hawkal¹⁰, Al Bakri¹¹, Al Idrisi¹², Abulfeda¹³, Al Omari¹⁴, Ibn Batuta¹⁵,

⁹ Masudi: nascido em Bagdade e falecido cerca de 956, foi um viajante incansável, com uma profunda curiosidade que o levou ao Irão, à Índia, à China, à Indonésia... Relata o resultado das suas observações no livro *Pradarias de Ouro e das Minas de Pedras Preciosas*, em que são consagrados capítulos à África oriental. Trad. francesa de C. Barbier de Meynard e Pavet de Courteille, *Le Livre des Prairies d'Or et des Mines de Pierres Précieuses*, Paris, 1861-1877, Imprimerie Impériale, 9 vols.

¹⁰ Ibn Hawkal: escritor natural de Bagdade, autor do *Livro das Vias e das Províncias* (976), Trad. francesa de M. G. de Slane, 1842.

¹¹ Al Bakri (Abu Obeid) (1040-1094): nascido em Córdova, autor de um livro intitulado *As Vias e os Reinos* (*Kitáb al masálik wa'l mamálik*), em que se encontra o famoso capítulo «Descrição da África setentrional», com uma referência ao reino do Gana. Trad. francesa de M. G. de Slane, Paris, 1859, Imprimerie Impériale. Trad. francesa de V. Monteil — Routier — Congresso Internacional dos Africanistas. Dacar, 1967.

¹² Al Idrisi (1099-1164): geógrafo e viajante árabe, nascido em Ceuta. Estudou em Córdova. Beneficiou do mecenato de Roger de Sicília, para quem efectuou trabalhos geográficos. Devese-lhe uma descrição da África e da Espanha.

¹³ Abulfeda (Abu al Fida) (1273-1331): erudito, nascido em Damasco, compôs em 1321 o seu *Takwim al Budán* (geografia), que constitui em parte uma compilação e contém capítulos sobre o país dos Negros (Sudão). Trad. francesa de Reynaud, *Géographie d'Aboulfeda*, Paris, 1848, Imprimerie Nationale, 2 vols.

¹⁴ Al Omari (Ibn Fadl Allah) (1301-1349): nascido em Damasco. Erudito. Secretário particular na corte dos sultões do Cairo e de Damasco. Autor de uma enciclopédia intitulada *Masálik el-Absar fi Mamálik el-Amsár*. Itinerário do que viu através dos reinos do mundo civilizado. Trata aí em particular do Mali medieval. Trad. francesa de Gaudfroy-Demombynes, Paris, 1927, P. Geuthner.

¹⁵ Ibn Batuta (1304-1377): nascido em Tânger. Prodigioso viajante que percorreu o mundo, do Magrebe à China, por Zanzibar e pelo Médio Oriente, depois o Sudão, onde foi hóspede do imperador do Mali, na sua capital. As suas *Viagens* são uma mina de informações: *Voyages dans le pays des Noirs*, trad. francesa de M. G. de Slane, 1843; *Extraits des Voyages* — R. Mauny, V. Monteil, A. Djenidi, S. Robert, J. Devise. «Col. Hist.», n.º 9, Univ. de Dacar, 1966.

Ibn Khaldun¹⁶, Al Hasan (J. Leão-o-Africano)¹⁷, Mahmud Kati¹⁸, Es Saadi¹⁹.

Por toda a África, nos nossos dias, equipas de cientistas se lançaram à procura de documentos escritos, alguns dos quais relatam acontecimentos passados por vezes há seiscentos anos e mais. O Instituto de Estudos Africanos do Gana descobriu centenas. Entre eles encontra-se, por exemplo, um documento haúça descrevendo as origens dos reinos *mossis*. Também as Universidades de Ibadão e de Kaduna constituíram um *corpus* ainda mais importante destes documentos. As peças em suaíli são igualmente procuradas com interesse, e nas bibliotecas do Magrebe, do Próximo e do Médio Oriente é provável que as publicações dos centros universitários medievais do Sudão ocidental, hoje desaparecidas, existam, pelo menos, sob a forma de reproduções e de traduções em turco, em persa, etc.

Que dizer então das fontes europeias a partir da Idade Média, desde que o imperador do Mali (Rex Melli) foi representado com majestade no portulano de Abraão Cresques? Trata-se de uma mina inesgotável, que é, por assim dizer, complementar das fontes árabes, pois fornece, sobre a parte menos tocada pelos Árabes, uma quantidade de elementos de toda a natureza, dos quais o Prof. Mauny pôde tirar bom partido para reconstituir o *Tableau géographique de l'ouest africain au Moyen âge*. Mas quantos fundos privados não permanecem ainda intactos nas famí-

¹⁶ Ibn Khaldun (1332-1406): nascido em Tunes. Sucessivamente secretário, chefe da chancelaria, ministro, recrutador de mercenários, prisioneiro, embaixador, grande cádi, corteão, escritor, etc. Percorreu a África do Norte em todos os sentidos, de Tunes a Fez e de Bugia ou Tlemcen ao Cairo. Estadas em Sevilha e Granada. Escreveu: *Al Muqaddima* (*Os Prolegómenos*); *História Universal* (*Kitab al Ibar*), 1382; *História dos Berberes*. Ibn Khaldun é um dos maiores historiadores de todos os tempos e o fundador da história científica. Trad. francesa de M. G. de Slane, *Histoire des Berbères*, Paris, P. Geuthner, 1925-1956, 4 vols.; trad. francesa de V. Monteil e Ibn Khaldun, *Discours sur l'Histoire Universelle*, Al Muqaddima, Beirute, 1968, 3 vols., «Coll. Unesco — Œuvres Représentatives».

¹⁷ Al Hasan (chamado Leão-o-Africano) (1483-1554): nasceu em Granada. Estudou em Fez. Atravessou o Sudão de um extremo ao outro por volta de 1507. Cerca de 1517 esteve no Egito e em Meca. Capturado por um pirata siciliano, é oferecido ao papa Leão X, que o converteu e o baptizou na Basílica de São Pedro com o nome de Johannes Leo de Medicis. Veio a ser professor na Universidade de Bolonha. Acabou por deixar a Itália e regressou à Tunísia, onde se reconverteu ao islão. A sua obra principal, que inspirou os Europeus até ao século XIX, é a *Descrição da África e das Coisas Notáveis Que aí Se Encontram*, Roma, 1526. Trad. francesa de A. Epaulard, *Description de l'Afrique*. Trad. do italiano e anotada por A. Epaulard, Th. Monod, H. Lhote e R. Mauny, Paris, 1956, Ed. Maisonneuve, 2 vols.

¹⁸ Mahmud Kati: historiador *soninké* de Tombuctu que dá informações sobre o reinado do Askia Mohammed, de quem foi conselheiro, e sobre a invasão marroquina. A partir de 1520 compõe *Tarikh el-Fettach* (*Crónica do Buscador*), que será actualizado por um dos seus parentes por volta de 1600.

¹⁹ Es Saadi (Abderhamane): de origem moura, compõe o *Tarikh es Soudan* (*Crónica do País dos Negros*) cerca de 1655.

lias dos portos negreiros, nas casas-mães das sociedades missionárias, nos arquivos do Vaticano e com os herdeiros dos primeiros viajantes! As fontes portuguesas só agora começam a revelar-se. E deve ter-se em conta também toda a literatura da América Latina (Brasil, Haiti, Cuba, etc.) que se pode explorar a este respeito²⁰.

Devemos citar igualmente os documentos de origem propriamente africana, como as narrativas históricas do sultão Njoya, em língua bamum. Dizer da África Negra, sem mais nem menos, que foi um país sem língua escrita seria erro grosseiro. Não foi já lembrado que também durante a Idade Média europeia, e em todo o caso até ao século XIII, só uma ínfima minoria da aristocracia sabia ler e escrever? Grande número de barões e de condes eram analfabetos. Em África, só a classe dos monges escribas, como os ulemás do Tombuctu medieval, transmitia a chama do saber e da história²¹.

A raridade actual dos documentos escritos representa, no entanto, um dos principais problemas para a historiografia africana. Convida-nos ela a juntarmo-nos com entusiasmo à escola histórica mais moderna, mais compreensiva, mais progressiva, mais rica de possibilidades para a exploração do passado: a dos defensores da história total. Tudo pode ser histórico para o historiador atento. Tudo, e não apenas as datas de batalhas ou de tratados, os nomes dos príncipes e dos presidentes de república. O homem tornou histórico tudo aquilo que tocou com a sua mão criadora: a pedra como o papel, os tecidos como os metais, a madeira como as jóias mais preciosas. Não negamos, longe disso, o valor das provas escritas. Mas, por necessidade e por convicção, rejeitamos a concepção estreita e ultrapassada da história só pelas provas escritas, teoria segundo a qual certas zonas da África mal acabariam agora de sair da pré-história. Por definição, dizemos que onde quer que exista o homem existe invenção, existe mudança, existe uma problemática e uma dinâmica do progresso, e existe, portanto, história no sentido real do termo. E mesmo uma história escrita, ainda que seja em diorito ou em porcelana. Recusamos a teoria que nega a possibilidade de escrever a história da África Negra, deixando a este continente o direito apenas a uma etnhistória. Somos por uma história de múltiplas fontes e polivalente, que tome em conta absolutamente todos os vestígios humanos deixados pelos nossos antepassados, desde os restos de comida até aos desenhos e aos cantos que traduzem as suas emoções mais íntimas ou mais elevadas. E, se fosse absolutamente indispensável uma expressão para designar a história dos países ou dos

²⁰ Cf. *Les Répertoires des sources de l'Histoire africaine*.

²¹ Sobre as escritas de origem africana ver D. Dalby: *Language and History in Africa*, Londres, 1970, Ed. Frank Cass, p. 109. O autor procura descobrir eventuais influências exteriores.

períodos sem escrita, em lugar de pré-história, de proto-história ou de etnístória, dever-se-ia preferir a expressão «história sem textos», utilizada pela *Encyclopédie de la Pléiade*. Com efeito, nada nos diz que a história sem textos tenha menos valor do estrito ponto de vista da compreensão, da explicação e da restituição do passado. Qual o guia mais seguro para o conhecimento da vida em Pompeia: os textos escritos contemporâneos ou o estudo das ruínas da cidade? Sem sombra de dúvida, as cenas da vida quotidiana, fixadas de maneira instantânea pelo cataclismo, são muito mais eloquentes que qualquer texto escrito, o qual seria um testemunho em segunda mão em relação à realidade exumada. Sem negarmos a importância fundamental dos escritos, a verdade é que as «testemunhas sem querer», de que fala Marc Bloch, são com frequência mais eloquentes e menos sujeitas a reticências do que as narrativas escritas, deixadas por vezes para servirem uma causa.

De facto, a historiografia africana entra em cena num momento em que se opera uma revolução na concepção geral da história. Cada vez menos os autores e os leitores de história se interessam pela história historizante das datas de batalhas e dos anos de reinado. A história quer abraçar em amplitude e em profundidade o caudal do evoluir humano. Quer apreender tudo quanto ele comporta, até aos destroços e rochedos de fundo, que com tanta frequência explicam as escumas e as contracorrentes à superfície. A história quer ser global. E a ciência e a técnica fornecem-lhe hoje meios de enfrentar as novas tarefas que chamou a si. Claro, numerosos são os historiadores que não aceitam ainda esta nova concepção e continuam a seguir com afoiteza, por vezes até com uma satisfação altiva, as rotas batidas. Outros não deixam de discutir entre si sobre os limites da pré-história. Não o reconhecia ultimamente um artigo do *Journal of African History*, remetendo para os primórdios da Idade do Ferro o período da pré-história, que, sem isso, se estenderia, em certas regiões do mundo, até ao alvorecer do século xx? Mas, se admitirmos que as representações gráficas fornecem o seu testemunho como a literatura, não seremos levados a pôr em dúvida até mesmo este conceito da pré-história?

2. A cronologia

Nada disto impede que a falta de literatura histórica na África comporte uma lacuna grave. Com efeito, é através do tempo que o homem faz a história. E o historiador que quiser remontar ao passado sem ponto de referência cronológico assemelha-se ao viajante que percorra num automóvel sem conta-quilómetros uma pista sem marcos. Ora, ao procurarmos reconstituir uma cronologia da África Negra, apercebemo-nos de que séculos inteiros, sobretudo imediatamente antes e depois do nas-

cimento de Cristo, não apresentam quaisquer indicações cronológicas. As datas são tão raras que, sempre que se encontra uma, é elevada a monumento histórico. Mas a sua raridade não deve levar a crer que os Africanos não tinham qualquer ideia da cronologia. A noção de sequência no tempo era, pelo contrário, essencial para a mentalidade africana, para a qual a experiência e o livro da vida constituem os únicos documentos. Daí a importância dos antigos e das classes de idade, que permitem remontar por vezes até ao fim do século xviii.

Com frequência mesmo, os Africanos estabeleceram processos elementares de computação. No reino de Bono Mansu, dizem-nos, cada soberano tinha um vaso num templo especial, vaso esse em que depositava todos os anos uma pepita de ouro, até à sua morte. Em outros pontos são utilizados outros meios mnemotécnicos. Entre os Dogons, por exemplo, o *senhi* é uma festa solene que se celebra todos os sessenta anos, e nessa altura é feito um entalhe num tronco de árvore sagrada conservada numa gruta. Noutros lados eram utilizados meios ainda mais indirectos. Entre os Mossis, quando o rei perfazia trinta anos de reinado, procedia-se a ritos memoráveis: o sacrifício de Biktogho, que se pode comparar à festa faraónica do Sed. Certas tradições asseguram que o rei era primitivamente imolado ao cabo de trinta anos. Nestas condições, a imposição sociorreligiosa era garante da exactidão do cômputo. Apesar de tudo, não se pode negar o carácter pouco matemático de tais estimativas. E o facto de não serem consignadas por escrito, ficando dependentes apenas da tradição oral, obriga o historiador a pôr o problema metodológico da sua utilização²².

3. A tradição oral

A tradição oral é ainda muito discutida como fonte histórica, embora cada vez menos. Os historiadores mais reticentes, a que chamaremos os «feiticistas da escrita», como Brunschvig²³, continuam a negar qualquer utilidade à tradição oral. Os funcionalistas, que apenas vêem nela mitos tecidos para as necessidades de uma causa, são pouco mais ou menos da mesma opinião. Os cronófilos lamentam que a ausência de cronologia segura traga consigo um encadeamento arbitrário dos factos que torna difíceis ou falsas as relações causais (como se colocássemos a segunda guerra mundial antes da primeira), encontrando-se a perspectiva histórica comprimida, esquartejada ou destruída. A maior parte dos historiadores da

²² Ver J. Ki-Zerbo, «La Tradition orale en tant que source pour l'Histoire africaine», in *Diogenes*, Setembro, 1969, e Laya Dioulde, *La Tradition orale*, Centre de Niamey.

²³ H. Brunschvig, editorial do n.º 7 de *Cahiers d'Études Africaines*, vol. 2, 3.º caderno, 1962.

África admite agora, porém, a validade da tradição, mesmo se muitos a consideram menos consistente do que as fontes escritas ou exigem que ela seja escorada por uma outra fonte. Ora nem os próprios documentos escritos escapam a esta famosa regra do *testis unus testis nullus*. Em contrapartida, numerosos autores, como H. Deschamps, J. Vansina, D. F. McCall, Person, etc., consideram a tradição oral como uma fonte tão respeitável como os escritos, embora em geral menos precisa²⁴.

Em casos privilegiados, e com um tratamento metodológico apropriado, comporta ela o grau de certeza que normalmente se espera do conhecimento histórico. O problema não consiste, pois, em saber se é válida *a priori* ou se beneficia ou não de apoios exteriores, mas em determinar que método adoptar para diagnosticar as tradições e seleccionar com toda a segurança aquilo que é digno de servir como fonte para a história.

Não é, de resto, a tradição oral cronológica e logicamente anterior ao aparecimento da escrita? No princípio era o verbo. E depois a tradição oferece por vezes pontos de referência comprovados. É claro, as genealogias e a duração média dos reinados e das gerações são difíceis de estabelecer. Mas a tradição possui resguardos que lhe asseguram por vezes do interior a autenticidade e a pureza. É o caso de certas listas dinásticas (Mossi, Achantia, Daomé, Ruanda) que oferecem boas garantias pelo seu carácter seco e rígido e pelo facto de estarem confiadas a determinados funcionários, cobertos de honras, mas responsáveis, sob pena de morte, pela integridade destes documentos desde há séculos recitados regularmente, por vezes todas as manhãs, no decorrer de uma cerimónia especial. Aliás, a tradição é com frequência autocontrolada por numerosas testemunhas que velam pela sua conservação. No Mossi, por exemplo, se os tambores estão especialmente incumbidos disso, o Uagadugu-naba assiste também a certos ritos solenes em que é recitada a lista dinástica. Os numerosos príncipes que participam em todas estas festas e que estão directamente interessados velam também pela sua boa conservação. Não é apenas uma pessoa ou uma família a garante. É toda uma comunidade que lhe assegura o correcto andamento. E, se tivéssemos de recusar tais testemunhos unicamente porque parecem traduzir a verdade oficial, que dizer então dos relatos dos historiadores de Luís XIV e dos jornais falados das emissoras de rádio em numerosos países contemporâneos? Além disso, o facto de ser a secção privilegiada da sociedade a garante da conservação não tira automaticamente o valor a este testemunho. Torna-o, quando muito,

24 Y. Person, «Tradition orale et chronologie», in *Cahiers d'Etudes Africaines*, vol. 2, 3.º caderno, 1962, pp. 462 e segs. Person construiu a sua tese sobre Samori a partir da confrontação de fontes escritas e dos elementos muito ricos da tradição oral.

menos completo, da mesma maneira que a vida dos camponeses franceses do tempo de Luís XIV nos é muito menos conhecida do que o dia-a-dia do rei.

De resto, o carácter funcional ou não de tal ou tal relação é com frequência muito contestável. Que é funcional para um povo: dizer que ele é autóctone, ou que é invasor? Não criam as duas coisas direitos específicos? O direito do primeiro ocupante e o direito do mais forte, que, aliás, foram com frequência judiciosamente combinados entre os Africanos, por exemplo entre os Mossis ou os Bambaras, pela existência de um chefe político e de um chefe de terra, um autóctone, vindo o outro do clã dos conquistadores.

Da mesma maneira, acontece com frequência o testemunho transmitido ser francamente antifuncional, como quando os Dagombas admitem que são o ramo cadete em relação aos Mampursis, trazendo assim à tradição destes uma incontestável confirmação. A comparação das tradições, tendo em conta as regras que presidem à sua evolução, permite assim eliminar, estreitar e só conservar as fontes de mais confiança.

Poder-se-á também, por meios ainda mais subtils, empreender a crítica íntima da tradição, quando se conhece a tipologia dos testemunhos transmitidos e a técnica da literatura oral com os seus estereótipos, as suas metáforas e as suas fórmulas esotéricas. Cada tipo tem os seus cânones e a sua apresentação formal, que pôde evoluir no decorrer das idades, a tal ponto que o estilo denuncia por vezes a época do documento oral. Deviam ser multiplicados os estudos destes tipos e aperfeiçoadas as técnicas de recolha dos textos orais.

O documento oral é por vezes ainda reforçado do exterior por fontes diferentes, que, por egocentrismo, se tomou o mau hábito de chamar auxiliares.

A numismática e a epigrafia, que, aliás, são departamentos da história, pouca importância têm na África Negra, apesar das moedas «lisas» ou não descobertas na costa oriental, na Etiópia e no Sudão central e das estelas funerárias de Gao ou de Kumbi Saleh.

4. A arqueologia

Em contrapartida, cabe à arqueologia um lugar de primeira grandeza. Através dos estratos de terreno, folheia ela as páginas do próprio livro do passado. Além da falta de meios, sofre a arqueologia em África de outras dificuldades que lhe são próprias: deslocação de terrenos por fractura ou inversão de relevo, violência da erosão, que provoca uma confusão dos estratos, fragilidade dos materiais de construção, etc. No Norte do Gana, por exemplo, as buscas do Prof. Shinnie mostraram que já não se

pode distinguir entre os muros e a rocha existente. É preciso citar também os estragos provocados pelas térmitas, a ferrugem e a desagregação química pela humidade e pela acidez dos solos e a ausência de fósseis como elementos de orientação. Tem de se contar ainda com a acção dos depredadores, os danos causados pelos profanos, como aqueles que foram assinalados em Tondidaru por Mauny e aqueles que foram perpetrados em Mapungubwe. No entanto, os investigadores dispõem hoje de técnicas auxiliares muito valiosas: método do carbono 14²⁵, que fornece aproximações cronológicas suficientes, teste com flúor, que permitiria, enfim, datar as peças de olaria e explorar o capital gigantesco do subsolo africano no sentido de balizar a história e de seguir os vestígios das migrações e das trocas entre os povos. Assinalemos, enfim, a triste sorte reservada, como consequência dos imperativos do desenvolvimento económico, aos monumentos e vestígios da Núbia, para todo o sempre soterrados depois de a alta barragem de Assuão ter entrado em serviço, e isto não obstante o generoso esforço (suscitado pela U. N. E. S. C. O.) de certos Estados ou organismos privados. Apesar de todas estas dificuldades, a arqueologia já contribuiu magnificamente para o conhecimento da história africana. Leakey, Dart, Clark, Mauny, Lebeuf, Fagg, Teilhard de Chardin, Arkell, Monod, Arensburg, Balout, Hugot, Coppens, Chavaillon, Sutton, Shaw, Posnansky, Robert, Wai-Ogosu, Thabit Hassan, Devisse, Iskander Zaki, Brahimi, Nenquin, Hiernaux, Fagan, Said Rushdi, etc., exumaram por vezes civilizações inteiras, trazendo em muitos casos confirmações eloquentes à tradição oral, como, por exemplo, no país luba. Contava este povo, com efeito, que todos os seus territórios tinham saído de um protótipo situado na região do lago Kisalé. Ora a arqueologia descobriu aí

25 O método de datação pelo carbono 14 assenta nos factos seguintes, postos em evidência por W. S. Billy e Anderson: nos tecidos vegetais e outras matérias orgânicas, além do carbono ordinário, há, em quantidade infinitesimal, uma variedade isotópica (com morfologia atómica diferente) que é o carbono 14, produzido pela acção dos raios cósmicos sobre o azoto atmosférico. Durante a vida das matérias orgânicas, a radioactividade do carbono 14 fixada nestes tecidos é constante. Mas a partir da sua morte começa a decrescer.

Ora esta desintegração faz-se a um ritmo e a uma duração específicos, que se chama o período: tempo no termo do qual metade do corpo radioactivo é desintegrado, tendo assim a sua radioactividade diminuído metade. Para o carbono 14, o período é de 5568 anos.

Demonstra-se que a proporção de carbono 14 é a mesma em todos os tecidos, em todas as regiões e em todos os tempos.

Basta, portanto, extrair o carbono contido numa amostra de madeira ou de osso de uma escavação arqueológica e medir-lhe a radioactividade residual para daí deduzir, em referência com o período, há quanto tempo essa amostra deixou de ter vida.

Tem-se o cuidado de eliminar os factores de radioactividade parasita e de contar com uma margem de erro para mais ou para menos. Mas, como o período do C 14 é relativamente curto, no caso de muito mais tempo recorre-se a outros meios, como, por exemplo, ao potássio-árgon. Cf. Ducrocq, *La Science à la conquête du passé*, Paris, Plon, 1955.

imensos cemitérios com os restos de uma cultura do ferro e do cobre e uma economia baseada na pesca e no comércio desde o século VIII. A mesma concordância em Bweyoreré, uma das primeiras capitais dos reis do Ankolé, cuja localização fora determinada por R. Oliver, graças à tradição oral, e que as escavações de M. Posnansky mostraram estar conforme com a tradição, que falava de duas ocupações sucessivas deste local.

Muitos outros exemplos demonstram que a arqueologia deve trabalhar em combinação com as outras disciplinas²⁶. Desenterrar um objecto isolado nada significa. É toda uma vida petrificada que a arqueologia deve exumar.

Nas diversas fases da escolha do local, de exploração, de observação, de análise e de interpretação, o arqueólogo tem necessidade de outras ciências físicas, naturais e humanas: a geomorfologia, a sedimentologia, a geologia do Quaternário, a pedologia (para definir e situar correctamente as camadas), as técnicas fotográficas, para situar os objectos nas suas relações espaciais, a paleoclimatologia, a paleobotânica e a paleozoologia, a história e a antropologia cultural, que permitem, por assim dizer, por erosão regressiva, dar ideias sobre as civilizações da época considerada. O arqueólogo que não quiser ser apenas um coleccionador de pedras deve rodear-se de todos estes apoios para apreender com inteligência os complexos de objectos que descobre. Complexos horizontais (num mesmo estrato), que exigem uma análise sincrónica. Complexos dinâmicos e verticais através de várias camadas, que dependem de uma análise diacrónica e cuja reconstituição permite sugerir uma cronologia relativa. O método estratigráfico permite satisfazer estas duas exigências. Complexos especializados, enfim, se seleccionarmos a evolução de uma técnica ou de um utensílio que pode ser submetido então a uma análise estatística cheia de interesse.

Mas não se trata aqui de uma dependência unilateral da arqueologia. A interdependência é geral. Impõe ela um sistema de trabalho interdisciplinar e por vezes transdisciplinar. E isso tanto mais quanto as sociedades às quais aqui nos dirigimos estão poderosamente integradas em todos os seus aspectos. O problema consiste em saber se, como o deseja, ao que parece com razão, J. D. Clark, este método de trabalho implica o estabelecimento de projectos integrados e polivalentes com uma cooperação de todas as disciplinas, em todas as fases, ou se, como quer M. Guthrie, cada especialista deve levar a cabo independentemente as suas investigações, para chegar em seguida apenas a uma confrontação de síntese válida²⁷.

26 Cf. J. Desmond Clark, *Language and History in Africa*, Frank Cass, 1970, pp. 1 e segs.

27 Cf. J. Devisse, *Archeologie et Histoire en Afrique, Bilans et Perspectives*, U. N. E. S. C. O., «Cahiers d'Histoire Mondiale», Edit. de la Baconnière, vol. XII, 4, 1970, pp. 539 e segs.

5. A linguística

No campo da linguística temos de nos precaver contra as ilusões do ouvido. É necessário desconfiar das consonâncias apressadamente relacionadas e assegurar um conhecimento descritivo aprofundado das línguas. É necessário evitar o grande erro de confundir raça e cultura ou língua. Os que censuram certos africanos de confundirem em demasia estes dados pecam, eles mesmos, com frequência pelo mesmo defeito. Um deles, por exemplo, põe a questão seguinte: «Se os Egípcios antigos eram negros, por que razão os negros que conhecemos ao sul do Sara não desenvolveram as mesmas técnicas que os seus congéneres do vale do Nilo?» Confusão grave entre raça e civilização. Um outro concluirá sistematicamente da pastorícia à não negritude. No entanto, embora o utensílio linguístico exija uma dexteridade de cirurgião, não deixa de constituir um bom escalpo para dissecar o passado. A ciência linguística fez progressos prodigiosos desde há algum tempo e, graças a ela, pode-se chegar a deduzir do parentesco linguístico um parentesco étnico ou de origem. Depois de outros linguistas, como Westermann e Homburger, J. Greenberg propôs ultimamente uma nova classificação das línguas africanas que deita por terra certos dogmas históricos linguísticos ou étnicos a propósito dos Bantos, por exemplo. É claro, esta classificação não é aceite por todos, mas fornece uma hipótese científica de trabalho. Abre perspectivas espantosas, intrigantes e estimulantes ao historiador, que vê o parentesco linguístico do haúça e do egípcio antigo, do songai e do masai. Tais trabalhos podem permitir, pelo estudo genético e comparativo das gramáticas, reconstituir, como no caso das línguas indo-europeias, o protótipo teórico, tronco da evolução.

Na realidade, quando se tem em conta que existe em África cerca de um milhar de línguas ou dialectos, numerosos dos quais não fixados ou então só há pouco tempo escritos, ao passo que a forte faculdade de assimilação dos Africanos os submete a transformações contínuas, a tarefa apresenta-se complicada. Certos linguistas (Boas) pretendem, com efeito, que as línguas não escritas se não pode tirar qualquer dado histórico. Outros pensam o contrário e sublinham que «a identificação do indo-europeu como família linguística se produziu num momento em que a análise descritiva das línguas europeias não estava mais avançada que a de numerosas línguas não escritas». A comparação dos diversos estádios de uma língua escrita é limitada em África. Mas a comparação das línguas aparentadas e a reconstrução interna são métodos aplicáveis e já utilizados. O protobanto, que assim foi definido, permite dizer que os longínquos bantofones usavam um certo número de nomes de árvores e de animais que, através do tempo, ressuscitam o cenário apaixonante do quadro físico, climático, técnico e social no qual essas gentes se moviam.

Da mesma maneira, o estudo de certas palavras-chave do ponto de vista da história, por exemplo a palavra *cavalo* em várias línguas, pode permitir seguir o caminho percorrido por este animal através dos processos de adopção linguística.

J. Greenberg pôs assim em relevo as contribuições do *kanuri* para a haúça em termos culturais ou de técnica militar que valorizam a influência do Império Bornuano no desenvolvimento dos reinos haúças. Em particular, a designação das dinastias bornuanas com os termos *kanuris*, como *kaygamma*, *magira*, etc., conheceu uma difusão notável até ao coração dos Camarões e da Nigéria.

O estudo sistemático dos topónimos e dos antropónimos pode também dar indicações muito preciosas. O nome da capital do reino *mossi* do Yatenga, Uahiguya, que significa «vinde prosternar-vos», é já por si um índice importante que confirma o carácter imperioso e belicoso do seu fundador, o *naba* Kango. A este respeito não devem ser negligenciados os povos residuais ou obscuros de hoje, pois a sua língua ou os seus locais detêm por vezes a chave da história de povos vizinhos mais conhecidos na actualidade. É por isso que a investigação ampla e, se possível, exaustiva, que englobe todas as aldeias e grupos étnicos de uma região, pode conduzir rapidamente a pistas fecundas (cf. as pesquisas de F. e M. Izard no Yatenga).

Em suma, o estudo sistemático dos termos particularmente «históricos», como o ferro e os produtos agrícolas, é particularmente fértil. A palavra que designa o milho em samo significa «milho *mossi*». O estudo dos nomes do milho em África, feito por Willett, permitiu detectar, além da introdução desta planta pela costa ocidental, uma outra via, terrestre essa, pelo Egipto em direcção ao centro e a leste do continente. A existência anterior de certos vocábulos em relação a outros pode também levar a concluir que existe precedência cronológica. Esta espécie de arqueolinguística utiliza assim técnicas análogas às da arqueologia, detectando os estratos anteriores, apesar da subversão do relevo, e tomando certas palavras como fósseis directivos linguísticos que servem de testemunho de um apaixonante diálogo das culturas. Pode-se ir ainda mais longe e encontrar em certas palavras os marcos indicadores do périplo dos povos. O método comparativo numa óptica diacrónica, aplicado por C. Meinhof, J. Greenberg e M. Guthrie às línguas bantas, prova-o amplamente.

Mas pode a linguística contribuir para o conhecimento das datas? Swadesh pensou que sim. Parte ele dos dois postulados seguintes:

1. Todas as línguas comportam, além dos vocábulos culturais muito instáveis, um vocabulário de base (partes do corpo, acções vitais, números de 1 a 5, etc.).

2. As modificações do vocabulário de base operam-se a um ritmo lento e constante (*r*). Tendo este sido calculado nas línguas em que a

evolução é conhecida, define-se a constante r como sendo a taxa de retenção.

Confrontadas as listas-testes dos vocabulários de base de duas línguas aparentadas, resulta C como sendo a percentagem de vocábulos comuns. Conhecidos r e C , deduz-se a distância temporal (t) desde a separação das duas línguas pela fórmula:

$$t = \frac{\log C}{1,4 \log r}$$

Esta fórmula, que seria uma espécie de relógio ou de sonda cronológica pelas línguas, tem sido muito criticada. A sua aplicação por Swadesh às línguas voltaicas deixou cépticos os especialistas. C. S. Bird, numa brilhante intervenção no Seminário sobre Línguas e História em África²⁸, compara a estabilidade singular dos dialectos mandeaus com a instabilidade de outros casos vizinhos (dialectos *dogons*). Rejeitando a teoria genealógica das línguas, sublinha que não são tanto os fonemas ou vocábulos que mudam, mas antes as estruturas e as regras que regem essas estruturas que se adaptam em função de uma série de factores, alguns dos quais são extrínsecos à própria língua. Demonstra, assim, que, no caso do *mandekan* (língua mandeí), a estabilidade política, a intensidade das trocas comerciais, a simplicidade sintáctica, mas também o vigor da personalidade étnica e a força sociocultural da casta «académica» dos *griots*, contribuíram para a estabilidade desta língua. Conclui pondo em dúvida a possibilidade de quantificar por uma constante a taxa de retenção linguística. Apesar de tudo, a glotocronologia, ou lexicostatística, pode prestar serviços, sugerindo ordens de grandeza na coabitação histórica das línguas. Por outro lado, fora deste papel bastante contestado, a linguística presta já serviços de relevo à história africana. O grande número de línguas africanas, que prova a capacidade inventiva dos povos, dificultou com certeza o seu desenvolvimento geral. Hoje, o seu estudo sistemático pode ajudar a resolver certos enigmas desse mesmo desenvolvimento histórico.

6. A etnologia e a antropologia cultural

Em etnologia ou antropologia (e preferimos a antropologia), o método consiste em nos basearmos nos traços culturais comparados para seguir a evolução das sociedades e as relações entre elas. Com efeito, em caso de parentesco das formas, há apenas três hipóteses: dupla invenção autó-

noma, origem comum ou transmissão. A regra de quatro mulheres no máximo e de cinco preces quotidianas, existente no Senegal e na Indonésia, não oferece dificuldades de interpretação, pois a ponte do islão é demasiado conhecida para que possam restar dúvidas. Mas que pensar dos xilofones do Senegal e da Indonésia, sobretudo se ambos oferecem as mesmas gamas musicais? Dizem uns que, dada a complexidade deste instrumento, e sobretudo o facto de as diferentes notas estarem reunidas num mesmo objecto, isso exclui a dupla invenção. E daí concluir-se logo que foram os Africanos que receberam o xilofone da Ásia.

Existe, a este respeito, no espírito de certos investigadores um sentido único permanente. Ora é difícil isolar os traços culturais do seu conjunto, separar os influxos sucessivos a partir da realidade actual. O difusionismo não se pode pronunciar a partir de alguns traços esparsos. Exige que se tome em conta a totalidade do quadro cultural do povo em questão, sem nos apegarmos unicamente aos aspectos sociais. O que supõe monografias exaustivas. Por outro lado, para tentar uma hipótese de difusão ou de transmissão, o antropólogo não se pode contentar com um corte estático no instante t da vida cultural de um povo. A análise deve ser sincrónica, isto é, total, mas também diacrónica, ou seja dinâmica. Pode-se então, não apenas tentar hipóteses de difusão, mas também, como fez Murdock em certos casos, aliás contestados, tentar extrapolar no passado a curva da evolução deste povo.

7. A arte

Neste campo, a análise da cultura artística oferece uma importância muito particular. As condições de conservação das obras de arte africanas são muito defeituosas por causa dos factores climáticos (humidade, acidez dos solos), das térmitas, da secura excessiva, etc. Mas o Africano, e particularmente o Negro africano, é fortemente dotado para a arte e desempenhou na pré-história, como nos nossos dias, um papel criador neste domínio, como o demonstram os centros artísticos de pinturas e gravuras rupestres da África tropical e meridional. No Sara, as magníficas pinturas e gravuras, postas a descoberto e publicadas por H. Lhote, lançaram nova luz sobre a pré-história e a história desta imensa região da África do Norte, do Sara e do Sudão. Pela análise estilística destas obras puderam ser determinadas fases ou idades (caçadores, bovídeos, carros, etc.), abrindo um verdadeiro filme da ocupação humana e das trocas. Assim é que uma cabeça de boi, apresentada de perfil com os cornos de frente, parece ser o protótipo de configurações semelhantes existentes no vale do Nilo. Como regra, examinam-se as mais das vezes as obras de arte africanas apenas de maneira estética e estática, e não diacrónica e dinâmica. As velhas obras de arte contidas nas colecções antigas de Portugal, do Vaticano, da Suécia, etc.,

28 D. Dalby, *Language and History in Africa*, Londres, Frank Cass, 1970, pp. 146 e segs.

permitiriam enriquecer a análise neste campo. Além disso, os meios científicos, como o radiocarbono, ajudarão a resolver ou, pelo menos, a pôr correctamente os problemas de parentesco e de antecendência, por exemplo entre Nok e a arte *yoruba*. Mas a comparação não poderia assentar em aproximações puramente subjectivas, expressas por fórmulas como «um realismo surpreendente» ou uma «forte estilização». É imperioso entrar no pormenor e analisar a feitura, a profundidade do traço, as dimensões dos diversos elementos. O mesmo se passa em musicologia.

A arte régia é uma fonte histórica mais directa ainda, pois é um testemunho vivo dos acontecimentos e das estruturas. São assim as estátuas régias de Ife ou dos Kubas. São assim os baixos-relevos do palácio de Abomé e as cenas que transbordam de vida constituídas pelos baixos-relevos de bronze no Benim. No país *mossi*, as estatuetas votivas dos *moghonabas* defuntos, se fossem acessíveis, permitiriam estabelecer com precisão a cronologia desta dinastia. Da mesma maneira, os pesos-provérbios da Achantia ou do Baulé evocam com frequência, na medida em que os ourives eram funcionários do rei, declarações de príncipes que podem ter um interesse histórico. Mas a arte africana exprimiu-se sobretudo na madeira, matéria eminentemente frágil nas latitudes tropicais. É altura de mencionar aqui o estado penoso dos museus africanos, onde por vezes o *salalé* e a traça abrem milhares de orifícios em peças magníficas, orifícios pelos quais se escapa uma poeira amarela, que é arte em decomposição.

Enfim, neste domínio cultural sublinhemos a ajuda preciosa que a história pode trazer para uma interpretação correcta dos dados fornecidos pelo artista, pelo antropólogo, pelo estudante de religiões, etc. Por exemplo, o facto de sabermos que no Benim era a mesma corporação de artistas que trabalhava o marfim e a madeira, enquanto uma outra utilizava a terracota e o bronze, é um dado histórico importante para a interpretação dos estilos. Mas aqui, como nos outros campos, não é frequente chegar-se a conclusões evidentes: a explicação por invenção autónoma, por convergência ou diferenciação, terá de ficar com frequência sujeita a caução. Por vezes, no entanto, há casos privilegiados, como, por exemplo, o da girafa, de que a África tem o monopólio e que foi objecto de representações artísticas nos outros continentes, permitindo assim pôr o dedo num contacto preciso e por vezes cronologicamente definido com a África.

8. Outras ciências

Outras ciências podem ocasionalmente ajudar o historiador na sua tão árdua tarefa. Por exemplo, a etnobotânica, a etnozootologia e a paleobotânica. A difusão da banana, do arroz, do milho vulgar ou do milho miúdo é, sob certos aspectos, mais importante que a do ferro ou da pól-

vora, embora não devam ser dissociadas. As técnicas ligadas às culturas, como o tratamento das colheitas, a construção de celeiros, a maneira de mungir as vacas e de preparar os alimentos, devem ser examinadas no mesmo quadro para permitirem a interpretação mais científica destes dados. A flora, a fauna e a geografia do Sara pré-histórico puderam ser parcialmente reconstituídas graças às sementes e aos restos fossilizados, o que permitiu ao historiador falar, não de fantasmas, mas de homens e de mulheres a evoluírem num quadro em que se segue agora o percurso das águas que corriam então e os lagos em que se espelhavam as silhuetas gigantes ou hirsutas dos animais e das gentes.

9. A antropologia física

Quanto à antropologia física, trata-se de um campo em que a África Negra mais sofreu com os preconceitos. Com efeito, a tendência constante é para multiplicar sem limites as categorias de negros, a fim de classificar como não sendo verdadeiros negros todos aqueles que apresentem uma aparência que realce as suas qualidades. Distinguir-se-ão assim os verdadeiros Negros, os Negros, os Negróides, etc. Seria curioso classificar da mesma maneira todos aqueles que na Europa apresentam traços tão diferentes na cor dos olhos e do cabelo, na forma do crânio, na estatura, na tez, etc. Todos, no entanto, são considerados brancos. Em África, desde que haja uma ligeira diferença, fala-se de morenos, de mestiços caucasóides, etc. Dá vontade de sorrir ao ouvirmos arqueólogos falarem afoitamente de raça escura depois de terem a muito custo consertado algumas mandíbulas escaqueiradas. Suponhamos que, depois de um cataclismo, um arqueólogo racista do ano 3000 escava em cidades mortas como Joanesburgo ou Salisbúria. Se encontrar discos de *jazz*, sobretudo nos bairros brancos, concluirá logo que o *jazz* foi inventado pelos Brancos e trazido por esta minoria de conquistadores. E, se não houver esqueletos de brancos, encontrará naturalmente alguns esqueletos de mestiços e atribuirá a esta misteriosa raça trigueira a introdução do *jazz* na sociedade dos Zulus.

Tem-se o costume (e as tradições são tão coriáceas na Europa como em África!) de subdividir os povos africanos em Nilotas, Hamias, Etíopes, Bantos, Hotentotes, Bosquímanos, Peules, Negros guineenses e sudaneses (verdadeiros Negros), etc. Todos eles considerados como raças variadas. «Tais distinções», declara J. Hiernaux num texto importante, «não podem convir como unidades de estudo biológico»²⁹. Os Peules não constituem

²⁹ J. Hiernaux, «La diversité biologique des groupes ethniques», in *Histoire Générale de l'Afrique Noire*, vol. 1, P. U. F., 1970, pp. 53 e segs.

um grupo biológico, mas cultural. Os Peules dos Camarões do Sul, por exemplo, têm os parentes biológicos mais próximos nos Hayas da Tanzânia. Quanto à proximidade biológica entre os Mouros e os Warsingalis da Somália, ela é inerente tanto à sua hereditariedade como ao biótopo semelhante que os condiciona: a estepe árida.

Os dados propriamente biológicos, constantemente a alterarem-se desde há milénios pela selecção ou pela derivação genética, não fornecem qualquer ponto de referência sólido para uma classificação, no que respeita quer ao grupo sanguíneo, quer à frequência do gene Hbs, que determina uma hemoglobina anormal e que, associado a um gene normal, reforça a resistência ao paludismo. Tal é o papel capital da adaptação ao meio natural. Por exemplo, a estatura mais elevada e a bacia mais larga coincidem com as zonas de maiores secas e de mais intenso calor. Neste caso, a morfologia do crânio, mais estreito e mais alto (dolicocefalia), é uma adaptação que permite menor absorção de calor.

Os caracteres recentemente apresentados como distinguindo biologicamente os Khoisans (pele amarelada ou morena, face sem grande saliências, etc.) não passam para J. Hiernaux de «variações sobre um tema africano comum». Do ponto de vista antropométrico, como do ponto de vista da genética do sangue, não se pode singularizar os Khoisans. A esteatopigia³⁰, em particular das mulheres, é apenas o caso-limite de uma característica comum aos Negro-Africanos.

O parentesco linguístico (que em princípio não devia figurar aqui) nada tem a ver com a questão. Porque os Sandawis da Tanzânia, que se aparentam com os Khoisans não apenas pela língua, mas também pelo seu género de vida de caçadores-recolectores, se parecem biologicamente muito mais com os Djolas, os Bassaris e os Haúças.

Quanto aos pretensos Hamitas, considerados por Seligmann como caucasoídes brancos (Tutsis, Ertopes, Nilotas), à parte uma certa mestiçagem pré-histórica ou árabe, que se encontra, aliás, em Espanha ou no Sul da Itália, nada os distingue substancialmente dos outros negro-africanos. E J. Hiernaux aponta neles, ao contrário, «a acentuação de certas particularidades próprias da África subsariana: por exemplo, a pele bem negra e a cintura fina».

O físico dos Tutsis, diz ele, corresponde ao pólo da escala morfológica ligado ao pólo de secura e de contraste sazonal da escala climática. É nota a proximidade biológica dos Nueres (Nilotas) e dos Coniaguis da Guiné. Apesar de tudo, certos «africanistas» empedernidos continuam a dar livre curso às suas quimeras raciais em África...

As coisas são sempre menos simples que nas teorias racistas. Ao que

³⁰ Formação volumosa e saliente nos músculos das nádegas.

parece, existe hoje um teste (Glas e C.) para detectar, em caso de mestiçagem recente, a percentagem de sangue caucasiano e negro! Mas, sem contar que isso limita o interesse histórico deste método, tal género de pesquisa oferece muito poucas vantagens para a história, cujo movimento, no fim de contas, não depende da cor da pele dos homens, embora, por causa dos preconceitos, o factor racial seja por vezes um agente poderoso de antagonismos sociais e de contradições históricas. Mas aí ainda deverá o método ser aplicado num sentido dinâmico. As medições dos índices orgânicos e somáticos nada significam por elas próprias. Observaram-se evoluções da dolicocefalia à braquicefalia em certos grupos. E, só por si, a hereditariedade não poderia fornecer uma explicação suficiente, pois o meio é com frequência factor preponderante.

10. Os quadros geográficos

Em que quadros geográficos e cronológicos deve ser encarada esta história? Tentou-se delimitar províncias ou círculos culturais e históricos. Tendo em conta a terrível complexidade do problema africano, estas delimitações não podem deixar de ser arbitrárias a partir do momento em que tomam forma. Constituem, portanto, no melhor dos casos, aproximações teóricas muito grosseiras, a fim de fornecerem um ponto de referência ao espírito. Não podem em caso nenhum ser consideradas como quadros verdadeiramente científicos. O mais real são os reinos, cuja extensão é, no entanto, mal conhecida, por causa da falta de documentos escritos e de uma administração muito pouco desenvolvida. Mas, para os habitantes, e sobretudo para os dirigentes destes reinos, o espaço geográfico e político era com frequência conhecido com bastante precisão pela presença de uma montanha, de um rio, de um lago, de uma floresta, etc. Foi assim que Samori, ao constituir o seu reino, concluiu um acordo com Seré Brema para escolher o rio Dion como fronteira. Da mesma forma que juridicamente não há quase nunca terras desocupadas, também poderiam existir zonas de baixa pressão, mas não de vazio político.

O que eu disse destas colectividades políticas e da integração seminaçional ou nacional que as caracterizava permite concluir que não se pode escrever a história da África numa base puramente tribal. Os Zulus não eram apenas Zulus. O seu próprio nome, que significa «as gentes do Céu», não é uma referência étnica, mas quase um programa. Quanto ao Gana, ao Mali e ao Songaí, todos sabem que não se identificavam com uma tribo, mesmo se um determinado grupo étnico aparentemente já bastante mestiçado constituía o seu núcleo central. O quadro tribal é, aliás, inadequado também por uma razão política actual, na medida em que se não queira fundar nações africanas, ou uma nova nação africana, cujos membros

tenham uma visão cacofónica ou antagónica do seu passado. É necessário, portanto, estudar os reinos africanos, deixando-lhes, quando necessário, a denominação étnica, mas sem alimentar ilusões quanto ao conteúdo dessa designação e tratando-os, antes de mais nada, como organismos políticos onde a influência clânica é apenas um factor entre outros, sendo com frequência preponderantes os factores económicos, psicológicos ou culturais.

Deste ponto de vista, os quadros da Conferência de Berlim, se convêm à África desde a sua colonização, não poderiam constituir as estruturas globais para a história da África independente, porque os espaços políticos de antanho ultrapassavam então as fronteiras traçadas em Berlim, fronteiras essas que os retalharam em vários pedaços.

II. Os quadros cronológicos

O quadro cronológico da história da África põe também um problema muito delicado: tudo depende da região considerada. Certos sectores, como a costa oriental ou a orla ao sul do Sara, evoluíram durante longos períodos, a par e passo com o mundo árabe. Outros, desde o início do tráfico de escravos (a costa da Guiné), estiveram estreitamente ligados à Europa. Enquanto certas regiões apenas tomarão contacto com o mundo moderno no século xx. A data de 1591 (Tondibi), tão significativa para o Sudão ocidental, não tem o mesmo valor para os reinos Luba ou Lunda. Mas, por outro lado, datas como a tomada de Constantinopla (1453), que não exerceram qualquer influência directa na história da África, não podem ser utilizadas como pontos de referência. As expressões *Idade Média* e *Renascimento* não terão, portanto, o mesmo sentido (se algum têm) para a nossa história. Da mesma maneira, as datas da Magna Carta inglesa, das Revoluções Americana e Francesa, da Revolução Soviética de Outubro, por muito significativas que sejam para a história universal, não podem servir de marcos específicos para a história da África. Mesmo a data da colonização, tão importante para a história recente da África e para a delimitação das actuais fronteiras dos Estados, não constitui a única nem a principal charneira em torno da qual se ordenaria toda a história destes países. O único método justo consistiria, ao que parece, em estabelecer divisões de base que englobem as grandes épocas históricas dominadas pelo mesmo complexo de fenómenos. No interior dessas épocas é necessário demarcar regiões históricas caracterizadas por situações e condições particulares no decorrer de todo o período, e apenas no decorrer dele. Enfim, no interior de cada região histórica, em primeiro lugar analisada como tal, é preciso observar as entidades políticas que oferecem uma ori-

ginalidade suficiente. Tendo em conta estes princípios, poder-se-iam distinguir as fases seguintes:

1.º As civilizações paleolíticas caracterizadas por um *leadership* incontestável da África.

2.º A revolução neolítica e as suas consequências (desenvolvimento demográfico, migrações, etc.).

3.º A revolução dos metais ou a passagem dos clãs a reinos e impérios.

4.º Os séculos de reajustamento: primeiros contactos europeus; tráfico de escravos e suas consequências (séculos xv-xix).

5.º A ocupação europeia e as reacções africanas até ao movimento de libertação após a segunda guerra mundial.

6.º A independência e os seus problemas.

É bem evidente que nunca existe uma separação perfeitamente nítida e que nem todas as regiões de África entram ao mesmo ritmo em cada um destes períodos. Mas o cenário geral não deixa de ser este.

Esta divisão tem a vantagem de pôr em realce os principais elementos motores da evolução humana, ou sejam, os factores socioeconómicos. É por esta razão que as grandes viragens não podem ser assinaladas pelos famosos marcos cronológicos em que a data de uma batalha leva à mudança de capítulo em certos compêndios escolares. De resto, ainda que se quisesse utilizar datas precisas, isso seria as mais das vezes impossível. Não se vá dizer, por esse motivo, que seja impossível escrever uma história da África, nem que se tenham de fazer tantas histórias quantas as regiões com ritmo de evolução diferente. Não se escreveram histórias da Europa quando, por exemplo, a revolução industrial em Inglaterra precedeu por vezes de um século a sua chegada à Europa meridional e central? Aliás, mesmo no interior de cada país não se vêem ritmos históricos absolutamente diferentes? Não acederam certas regiões à vida moderna um ou dois séculos depois de outras?

Poder-se-ão assim distinguir como grandes regiões os países da África ocidental até ao Kanem, subdividindo talvez os países da savana e os da floresta; os países da África do Norte, da África oriental, da África central e da África do Sul. No entanto, deve-se sublinhar de forma bem clara que se trata apenas de divisões, digamos, operacionais, metodológicas, para maior comodidade. Com efeito, as relações que uniram fortemente todas estas partes integrantes são suficientes, apesar dos obstáculos naturais e do nível medíocre das técnicas de deslocação, para que se possa afirmar que tem havido, desde a pré-história, uma certa solidariedade histórica continental entre o vale do Nilo e o Sudão até à floresta guineense; entre aquele mesmo vale e a África oriental, com, entre outras coisas, a dispersão dos Lwos; entre o Sudão e a África central pela diáspora dos Bantos; entre a África central e a África oriental pelo comércio transcontinental, etc.

Houve trocas interafricanas que constituem um *puzzle* apaixonante e explicam as analogias surpreendentes que se verificam através do continente do ponto de vista das estruturas políticas e das culturas materiais ou artísticas.

C) A CONCEPÇÃO DA HISTÓRIA

A própria concepção da história deve ser discutida a propósito da África. Com frequência se disse que a história é uma ciência e que os Africanos não deviam fazer dela uma paixão. Esta distinção é eminentemente poble no seu esquematismo. A história é uma ciência humana que anda à procura de um certo grau de certeza chamada moral ou de probabilidade que lhe permita reconstituir e explicar o passado do homem. A história é uma verdadeira ciência, e não apenas uma «pequena ciência conjectural». Mas a história não é apenas ciência. Seria inconsciência ou hipocrisia pretendê-lo, porque, mesmo nas ciências chamadas exactas, a verdade permanece relativa. O destino do homem consiste em procurar a verdade e em se aproximar o mais possível deste ideal. Mas aqueles que pretendem ser cientistas e que olham para a história como um líquido incolor, inodoro e sem sabor, de laboratório, em vez de a reconhecerem como um rio vivo, aqueles que, porque alinharam alguns silogismos baseados em certas descobertas esparsas, falam sobranceiramente de ciência, ou são ingênuos ou medíocres. Imaginam abraçar a musa Clio, quando apenas manipulam uma miragem descarnada. Os melhores historiadores reconhecem também que ser historiador é escolher o seu tema, os seus centros de documentação, as suas fontes, os seus argumentos, a sua apresentação, o seu estilo ... e o seu público. Todos estes factores de eleição, sem contar com a força violenta e obscura do subconsciente e com o peso subtil do ambiente social e dos preconceitos, mostram bem a parte de subjectividade do trabalho histórico. A partir do momento em que escolhe a todos estes escalões, o historiador procura não somente a Verdade, mas também a «sua» verdade. Foi por essa razão que os maiores historiadores sempre tomaram partido nos seus livros, como na sua vida. O grande Prof. Marc Bloch, fuzilado pelos nazis, é um exemplo entre muitos outros.

No entanto, isso não significa que o historiador deva cultivar o papel de fornecedor de armas para as querelas e as guerras dos nossos dias. Relembrar os crimes e a exploração dos nazis como se faz nos compêndios nada tem de anti-histórico. Pelo contrário. E o historiador deve pôr inteligência, mas também determinação, nesta denúncia. Não deve equilibrar doutamente os argumentos pró e contra e deixar o seu leitor, como o burro de Buridan, perante uma cruel e mortal alternativa. Não se esconderá por detrás de uma pseudociência exacta para alinhar factos áridos sem significado, pois um *robot* poderia fazer melhor. Perante acontecimentos

desta envergadura, não se pode quedar neutro, pois é então, ao mesmo tempo, testemunha do passado e testemunha do homem. O historiador da África, sem ser um mercador de ódio, deve dar à opressão do tráfico de escravos e à exploração imperialista o lugar que elas realmente ocuparam na evolução do continente e que tantas vezes e tão habilmente é minimizado por certos historiadores europeus, com resultados terríveis para a mentalidade dos jovens africanos que nos bancos das escolas se alimentaram destes manjares envenenados.

Quando um general romano manda executar o seu filho por razões de disciplina *pro patria*, leva-se isso à conta de heroísmo patriótico. Quando Samori procede da mesma maneira, clama-se que é barbárie. O resultado são frases como estas que encontrei em dois terços dos exercícios de alunos africanos em 1964: «Samori era um homem sem fé nem lei, um sanguinário. Felizmente, foi eliminado pelos Franceses.» Onde aprenderam eles tudo isto? Nos livros escritos por gente que considera a história como uma ciência. Nem *robot* nem visionário propulsando no passado cenários extraídos do seu próprio subconsciente, o historiador é mais simplesmente um peregrino da realidade passada. Isto significa que deve estar bem equipado e ser portador de uma chama que ilumine e — porque não? — dê calor também ao resultado da sua pesquisa. A história é uma matéria viva. Não nos podemos inclinar sobre ela como sobre um insecto num museu, nem como um químico sobre as suas retortas. O historiador não é um computador que digira as datas do radiocarbono numa sala isolada de toda a poeira exterior. Com efeito, até mesmo as datas do radiocarbono devem ser interpretadas.

Por outro lado, é claro que o historiador já não pode falar da África como falava no tempo da rainha Vitória ou de Jules Ferry. Porquê? Porque este passado é um pedaço da África viva, que mudou muito desde o século XIX, e também porque nem o conhecimento mais profundo deste continente, nem as mentalidades agora mais esclarecidas, o tolerariam. O historiador da África não se pode, evidentemente, tornar um simples funcionário do Ministério da Informação ou da Propaganda.

Reside aí justamente a grandeza e o papel difícil do historiador, que deve simultaneamente participar no seu tempo e na sua comunidade e manter a distância necessária para conservar o seu papel de testemunha.

O historiador africano empregará os mesmos métodos que os seus colegas de todos os países. É a esse título que a sua matéria pode ser tratada por todos os homens de boa vontade, venham eles donde vierem. Mas reconhecer-se-á que, embora seja normal que se exerça a assistência técnica no domínio das barragens e das estradas, anormal seria que ela se impusesse na definição e na decisão do plano de desenvolvimento rural.

Por outro lado, embora seja necessário o concurso de todos os cientistas para produzir monografias e mesmo estudos gerais sobre a história da

África, deve a interpretação geral desse passado e a preparação dos compêndios de história da África para uso dos jovens cidadãos africanos incumbir, antes de mais nada, a historiadores africanos. Estes têm vocação para educar os seus concidadãos. Talvez possam mesmo trazer alguns enriquecimentos à ciência histórica universal pela metodologia da investigação e da exposição. Há, com efeito, no método de exposição histórica, em África, um modo de proceder que dá à narrativa um papel de primeira grandeza. Os historiadores africanos, por muito reconhecidos que estejam aos seus mestres de Oxford, da Sorbonne, dos Estados Unidos, da U. R. S. S., etc., não devem pura e simplesmente reeditar nos trópicos aqueles augustos modelos. No plano prático impõe-se-lhes uma acção de salvação pública, a eles e a todos quantos querem ajudar a África e que estão convencidos de que um povo não pode verdadeiramente enfrentar o seu futuro sem ter uma visão do seu próprio passado. Não se pode viver com a memória dos outros. Ora a história é a memória colectiva dos povos.

A África, porém, preocupada com o problema do seu desenvolvimento, não se ocupa muito em ressuscitar o seu passado. As despesas neste sector são consideradas um luxo. E, contudo, o conhecimento da história africana deve ser olhado como uma parte integrante do desenvolvimento, mesmo económico. Com efeito, como pedir a um camponês que aumente a produtividade e que se lance na batalha económica, se não sabe, pelo menos sumariamente, o que está em causa? Para alguém se sentir empenhado na construção do futuro é preciso que se sinta herdeiro de um passado. Importa pois que o homem de Estado africano se interesse pela história como parte essencial do património nacional que ele deve gerir. Sentimo-nos tremer quando pensamos que numerosas pessoas se vão reunir em Adis Abeba ou no Cairo e encontrar etíopes e egípcios sem conhecerem absolutamente nada da história destes países, a não ser talvez a respeito dos acontecimentos dos dois últimos decénios. Apesar das afirmações de fraternidade, são estranhos que se encontram. A unidade africana pressupõe o conhecimento de toda a África por todos os africanos.

Mas para isso é necessário que haja historiadores e bons historiadores africanos. Ora é impossível havê-los se, desde a escola primária e secundária, os jovens não têm nas mãos compêndios de história africana. Cinco anos após a independência, os cursos secundários de certos países africanos continuavam a utilizar os mesmos livros de história do tempo da colonização, livros nos quais nada se dizia sobre o passado da África. Viu-se mesmo num destes países um investigador vindo de um país superdesenvolvido propor-se para escrever a história nacional. São desenraizados que se continuam assim a preparar para tomar nas suas mãos os destinos deste continente. Com certeza que serão precisos *brain-trusts* de investigadores, poderosas casas editoras, mercados bastante vastos, para centralizar e jus-

tificar todo este esforço. Mas os auxílios internacionais, multilaterais ou bilaterais, não faltariam, sem dúvida, se os países africanos propusessem, todos juntos, um plano pormenorizado, racional e razoável de salvamento e de renascimento do seu passado. Porque cada dia que passa vê desaparecer testemunhas preciosas. Cada velho que morre leva para a sepultura um pedaço das antigas feições deste continente. No decorrer de férias escolares tive ocasião de ouvir um deles cantar um trecho que uma guerreira africana de renome entoara diante dos muros da sua aldeia ao ver recuar os homens, antes de tomar ela própria o comando das operações. Era um canto épico, de rude beleza. Como não tinha então magnetofone, prometi a mim mesmo que o levaria nas férias seguintes. Dois anos depois pedi notícias do meu velho informador. Disseram-me que morrera. Antes que seja demasiado tarde, devem constituir-se grupos de trabalho para reunirem o máximo de vestígios deste passado africano. Devem construir-se museus, devem ser promulgadas leis em todos os países, como se fez na Nigéria e noutros, para protecção dos locais e dos objectos. Devem ser concedidas bolsas a numerosos estudantes para se especializarem nas técnicas da arqueologia. Os programas e os diplomas devem ser reformados de tal maneira que um diploma em assuntos africanos (linguística, história, antropologia) deixe de ser olhado como um «canudo» de segunda ordem. Torna-se necessário que sejam rapidamente preparados compêndios. É claro, como se sabe, que para um dia de síntese são indispensáveis anos de análise. E a síntese não está ainda talvez madura em numerosos sectores. Mas, como, de qualquer maneira, nunca se encontra definitivamente adquirida, podem-se fazer sínteses provisórias para as gerações que ascendem.

O ardor nacional baseado no conhecimento do passado africano não pode ser detido porque determinado arqueólogo hesita ainda num dos doze parâmetros que lhe permita pronunciar-se sobre a «raça» de um crânio pré-histórico, nem pelos escrúpulos de um linguista que procura uma versão suplementar antes de se pronunciar sobre o sentido exacto da palavra *zanj*.

Para mais, não é o passado aos retalhos e demasiado especializado das monografias, no entanto necessárias, mas quase sempre inacessíveis ao público, que permitirá à massa dos Africanos ter uma visão de conjunto do seu passado colectivo.

Este trabalho gigantesco não se pode efectuar unicamente no quadro das fronteiras da Conferência de Berlim, que é um momento capital, mas um momento apenas na história da África. Por múltiplas razões, deve este trabalho ser levado a cabo num plano continental. Deverá ser empreendido com espírito científico, porque existem suficientes grandes coisas nesta história para que sejam necessárias invenções sem fundamento.

A história africana deve ser uma fonte de inspiração para as novas gerações, para os políticos, os poetas, os escritores, os homens de teatro, os músicos, os cientistas em todos os campos e também simplesmente para o homem da rua. O que impressiona nos países europeus é este auto-*investimento* contínuo do passado no presente. Não é quebrada a continuidade. Os homens políticos citam os autores do século xvi, ou mesmo os escritores greco-*latinos*. O nome dos aviões ressuscita as realizações do passado: *caravelle*, *frégate*, etc. Os navios e os bares fazem reviver as grandes figuras ou batalhas históricas: Richelieu, Pasteur, Júlio Verne, Trafalgar, etc. Da mesma maneira, o historiador da África, trazendo à vida o passado deste continente, cria um capital espiritual que constituirá uma fonte multiforme e permanente de inspiração. O sacrifício de Aura Poku, fundando o povo baulé, animará romancistas e dramaturgos. As misérias da escravidão, a tragédia das divisões que enfraqueceram os países africanos, a saga torrencial do terrível Chaka, tudo isso constituirá uma riqueza inestimável. É por tal motivo que a história deve ser viva e escrita sobretudo para os jovens, na idade em que a imaginação constrói sonhos que moldam as almas para a vida. É preciso que o jovem africano ouça piafar e relinchar os cavalos levados pela fúria religiosa dos talibés de Usman dan Fodio. É preciso que respire a atmosfera sufocante dos porões dos navios negreiros e ouça encapelarem-se à sua volta as vagas do oceano por onde seguem os carregamentos de escravos. É preciso que, através do ricto dos crânios pré-históricos amontoados, comungue no mistério dos sacrifícios humanos.

Nesta tarefa considerável são chamados a colaborar todos os cientistas, e não apenas os historiadores, porque, tendo em conta as dificuldades especiais da historiografia africana, só o trabalho interdisciplinar produzirá frutos. Todos estes investigadores são exortados a empreender uma terceira descoberta da África, este continente tão pouco conhecido, tão desprezado. Após a descoberta pelos conquistadores do século xv, após a chegada dos exploradores do século xix, a que se seguiram, nos dois casos, fases muito duras e com frequência negativas para a África, eis que surge o tempo dos investigadores desinteressados. Para os jovens trata-se de um empreendimento tão apaixonante como viajar no espaço. Mas este grande desígnio deverá ser uma obra de pesquisa humanista, não de conquista opressiva.

A história da África não será escrita realmente por frenéticos da reivindicação. Sê-lo-á ainda menos pelos diletantes sem simpatia, desejosos simplesmente, na melhor das hipóteses, de preencherem os seus lares de cidadãos de países superdesenvolvidos. Será escrita por não africanos que tenham posto de lado a libré imperial dos «civilizadores» para tomarem a vestimenta mais modesta, mas muito mais bela, do humanista. Homens destes são nossos amigos e, ao mesmo tempo, amigos da verdade.

Aos outros dizemos-lhes simplesmente isto: «Não vos damos conselhos sobre a forma de interpretar a história de Cromwell, de Napoleão, de Washington ou de quem quer que seja. Não pretendemos que no-los deis sobre a forma de interpretarmos a história de Sundjata.»

Esta história será escrita sobretudo por africanos que tenham compreendido que as glórias como as misérias da África, os altos e os baixos, os fastos como os aspectos populares e quotidianos, constituem todo um conjunto no qual as novas nações podem e devem haurir energias espirituais e razões de viver.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, M., *Apologie pour l'Histoire ou le Métier d'Historien*. Paris, A. Colin, 1949.
(Edição portuguesa de Publicações Europa-América, com o título *Introdução à História*, col. «Saber», n.º 59.)
- EL-KETTANI, M. I.
«Les manuscrits de l'Occident Africain dans les bibliothèques du Maroc», *Hesp. Tam.*, 9 (1), 1968, pp. 57-63.
L'Histoire et ses méthodes. Paris, «Encyclopédie de la Pléiade», N. R. F., 1961.
- FLUTRE, L. F., *Pour une étude de la toponymie de l'A. O. F.* Dacar, Faculté des Lettres, publicação da secção «lingua e literatura», 1957-1.
- GAUTIER, E. F.
«Deux centres d'influence méditerranéenne qui rendent intelligible l'Afrique Occidentale», *Bull. Asi S. Géogr. Fr.*, 71/72, 1933.
Guide bibliographique du Monde Noir. Yaundé, Direction des Affaires Culturelles.
- HALKIN, I. E., *Initiation à la Critique historique*. Paris, A. Colin, 1963.
- HOUDAS, O., *Documents arabes relatifs à l'Histoire du Soudan*. Paris, Leroux, Ecole des Langues, Or. J.-Hist. du Sokoto, por Hadji Said.
- KI-ZERBO, J.
«Histoire et conscience nègre», *Présence Africaine* (II).
«La tradition orale en tant que source pour l'histoire africaine», *Diogenes* (67), Julho-Outubro de 1969, pp. 127-142.
- LISSORT, A., *L'écriture guerzée*. Dacar, IFAN, C. R. 1re conférence africaniste de l'Ouest, t. 2.
- MAC CALL, F. D., *Africa, in time perspective*. Gahna Univ. Press, 1964.
- MAC GREGOR, J. A., «Some notes on Nsibidi», *J. roy. Anthropol. Inst.*, 39, 1909.
- MALCOM, X., *On Afro American history*, Nova Iorque, Merit. Publishers, 1967.
- MARROU, *De la connaissance historique*. Paris, Seuil, 1954.
- MASSAQUOI, M., «The Vai people and their syllabic writing», *J. Afr. Soc.*, 1911, pp. 10-40.
- MERCIER, P., *Histoire de l'anthropologie*. Paris, 1966.
- MIGEOD, F., «The syllabic writing of the Vai people», *J. Afr. Soc.*, 1909, pp. 9-32.
- MORE, B., *Contribution du Liberia à la Science de la Communication par écrit*, Symposium du Festival d'Alger, Julho de 1969.
- MONIOT, H., «Les sources orales dans le problème des sources de l'histoire de l'Afrique Noire jusqu'à la colonisation européenne», *Rapports 12e Congrès intern. Sces. Hist.* Viena, 1965, II, pp. 198-208.
- MONTIEL, V., «Les manuscrits historiques arabo-africains», *BIFAN*, B, XXVII, Julho-Outubro de 1965, pp. 531 e segs.
- NORRIS, ED., «Notes on the Vai language and alphabet», *J. roy. geogr. soc.*, 20, 1950.
- OBENGA, TH., «Méthodologie en Histoire Africaine: sources locales», *Africa*, ano XXV, N. Y. A. B. E. T. E., Roma, 1970.
- PITTARD, E., *Les races et l'histoire*. Albin Michel, 1953.
- RANGER, T. O., *Emerging themes of African History*. Internat. Congress of African Historians, Dar es-Salam, Outubro de 1962.
- SANDERS, E. R., «The hamitic hypothesis», *J. Afr. Hist.*, x, 4, 1969, pp. 521-532.
- SEGY, L., «Towards a new historical concept on Negro history», *Journal of Negro History*, 38, 1953.

HISTÓRIA DA ÁFRICA NEGRA — I

- SAUVAGET, J., *Historiens Arabes*. Paris, A. Maisonneuve, 1946.
- UNESCO, *L'art de l'écriture*. Paris, 1965.
- VANSINA, J., *De la Tradition orale. Essai de méthode historique*. Tervuren, Musée Royal d'Afrique centrale, 1961 (Mémoires du M. R. A. C. — 36).
- VANSINA, W. J., MAUNY, R., e THOMAS, L. V., *The Historian in Tropical Africa*. Londres, I. A. I. O. U. P. edit., 1964.
- WILKS, I., «Tribal History and Myth», *Universitas* (2-3), 1956.

OBRAS GERAIS

- AJAYI, J. F. A., e ESPIE, I., *A thousand years of West African History*. Ibadão, Univ. Press and Nelson, 1970.
- ALEXANDRE, P., *Langues et langages en Afrique Noire*. Paris, Payot, 1972.
- ALIMEN, H.
Préhistoire de l'Afrique. Paris, N. Boubée, 1955.
L'art de l'Afrique Noire. Friburgo, Office du Livre.
- L'ART NÈGRE. Présence Africaine.
- ARTS DE L'AFRIQUE NOIRE
- ANDRÉ, CAP., *L'Islam noir*. Paris, Geuthner, 1924.
- ASSIRELLI, O., *L'Afrique polyglotte*. Paris, Payot, 1950.
- ASSOI ADIKO, e CLERICI, A., *Histoire des Peuples Noirs*. CEDA, 1963.
- ATTERBURY, A. P., *Islam in Africa. Its effects, religious, ethical and social*. Nova Iorque, G.-H. Pulman sons, 1899.
- BALANDIER, G., *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. Paris, P. U. F.
- BALANDIER, G., e MAQUET, J., *Dictionnaire des civilisations africaines*. Paris, Hazan, 1968.
- BATTEN, T. R., *Tropical Africa in world history*. Londres, O. U. P. edit., 1962.
- BAULIN, J., *The Arab role in Africa*. Londres, Penguin Books, 1962.
- BAUMANN e WESTERMANN, *Les peuples et les civilisations de l'Afrique*, seguido de *Les langues et l'Education*. Trad. franc. Paris, Payot, 1967.
- BLANCHOD, F., *Les mœurs étranges de l'Afrique Noire*. Lausana, Payot, 1948.
- BLYDEN, DR. E. W.
Christianity, Islam and the Negro race. Londres, W. B. Wittingham, 1887.
West Africa before Europe. 1905.
- BOAHEN, A. A., e WEBSTER, J. B., *The Growth of African Civilization. West Africa since 1800*. Longmans, 1970.
- BOURJOL, M., *Théorie général des coutumes africaines*. Toulouse, 1953, tese de Direito (roneo).
- CARDAIRE
Contribution à l'étude de l'Islam noir. Duala, IFAN, 1949.
L'Islam et le terroir africain. Dacar, IFAN, 1954.
- CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. Guide des sources de l'Histoire de l'Afrique. 8 vols., Inter Documentation Company AG. ZUG-Switzerland.
- CONTON, W. F., *West Africa in History*. Londres, George Allen and Unwin.
- COON, C. S.
The origin of Races. Nova Iorque, Knopf, 1963.
The living Races of Man. Nova Iorque, Knopf, 1965.
- CORNEVIN, R.
Histoire des peuples de l'Afrique Noire. Paris, Berger Levrault, 1960.
Histoire de l'Afrique. Paris, Payot, 1964.
Histoire de l'Afrique. Paris, Payot, 1966 (t. I); 1967 (t. II).
- CISSOKO, S. M., *Histoire de l'Afrique Occidentale*. Paris, Prés. Afric., 1967.

- DAVIDSON, B.
The lost cities of Africa. Boston, Atlantic monthly Press, 1959.
Old Africa rediscovered. Paris, P. U. F., 1962.
Mère Afrique. Paris, P. U. F., 1965.
The African past. Longmans, 1964.
The growth of African Civilization: West Africa (1000-1800). Longmans, 1966.
- DE GRAFT-JOHNSON, J. C.
African Glory. Walker and Co., Nova Iorque, 1954.
African Empires of the Past. Paris, Prés. Afric., 1957.
- DESCHAMPS, H.
L'Afrique Tropicale aux XVII^e-XVIII^e siècles. Paris, C. D. U., 1964.
L'Afrique Noire Précoloniale. P. U. F., 1962.
Histoire générale de l'Afrique Noire (em colab.). P. U. F., 1970, 2 tomos.
«Regards sur l'Afrique», *Diogenes* (35), 1962.
- DIOP, C. A., *L'Unité culturelle de l'Afrique Noire*. Prés. Afric., 1959.
- DELAFOSSÉ, M.
Haut Sénégal-Niger. Paris, Larose, 1912 (t. 1, 2 e 3).
Les Noirs de l'Afrique. Paris, Payot, 1927.
Les Civilisations négro-africaines. Paris, Stock, 1925.
- DE PEDRALS, D. P., *Manuel scientifique de l'Afrique Noire*. Paris, Payot, 1949.
- DOUGALL, J., *Characteristics of African Thought*. Londres, O. U. P. edit., 1932.
- DU BOIS, W. E. B.
The souls of Black Folk. Mac Clurg, 1903.
Black Folk then and now. Nova Iorque, H. Holt, 1944.
- ELGEE, C.-M., «Ensigns of royalty in West Africa», *J. Af. Soc.*, 4, 16 de Julho de 1905.
- ELIAS, T. O., *La nature du droit coutumier africain*. Manchester Univ. Press, 30, 1956, trad. Prés. Afric.
- ELISOFON, E., *The sculpture of Africa*. Thames and Hudson, 1958.
- FAGE, J. G.
An introduction to the History of West Africa. Cambridge (3.^a ed.), 1962.
An Atlas of African History. Londres, Edw. Arnold, 1965.
- FAGG, W., *Sculptures africaines*. Paris, F. Hazan, 1966 (2 vols.).
- FORDE, D., *African Worlds*. O. U. P. edit., 1954.
- FORTES, M., e EVANS-PRITCHARD, *African Political Systems*. Londres, O. U. P. edit., 1962.
- FROBENIUS, L.
Histoire de la civilisation Africaine. Paris, Gallimard, 1952.
The voice of Africa. Londres, Benjamin Bloon, 1913.
Mythologie de l'Atlantide. Paris, Payot, 1949.
- FROELICH, J. C.
Animismes. Paris, Edit. de l'Orante, 1964.
Les musulmans d'Afrique Noire. Paris, Edit. de l'Orante.
- GOUILLY, A., *L'Islam dans l'A. O. F.* Paris, Larose, 1952.
- GREENBERY, J. H.
The Languages of Africa. Indiana Univ., 1966.
«Etude sur la classification des langues africaines», *BIFAN*, B, xvi, 1954.
- GUERNIER, F., *L'apport de l'Afrique à la pensée humaine*. Paris, Payot, 1952.
- HAIR, P. E. H., *A History of West Africa*. Londres, Edward Arnold, 1959.
- HARDY, G., *Vue générale de l'Histoire de l'Afrique*. Paris, A. Colin, 1923.
- HERSKOVITS, M.
«The culture areas of Africa», *Africa*, 3 (1), 1930.
The Human factor in changing Africa. Nova Iorque, 1963.
The economic life of primitive peoples. Nova Iorque e Londres, Aknopf, 1940.

- HOMBURGER, J. P.
Les langues négro-africaines. Paris, Payot, 1941.
«Le verbe en Peul et en Masaï», *Anthropol.*, 46, 1936.
«Eléments dravidiens en Peul», *J. Soc. Afr.* 18 (2), 1948-1950.
«Le Bantou et le Mandé», *Bull. Soc. Ling.*, 135, 43.
«Les Dialectes copte et mandé», *Bull. Soc. Ling.*, 3 (1), 1930.
- HRBEK, J.
Déjiny Afriky (Hist. de l'Afrique). Praga, 1966, 2 vols.
Histoire de l'Afrique au XIX^e siècle et au début du XX^e siècle. Moscovo, Institut d'Afr. de l'URSS, 1967.
- I. A. I. (International African Institute), *Handbook of African Languages*, 1948-1967.
- JAHN, J., *Muntu, an outline of neo-African culture*. Londres, Faber and Faber, 1961.
- JOOS, L. C. D.
Brève Histoire de l'Afrique Noire. Paris, Edit. du Chêne, 1963 (reed.).
Brève Histoire contemporaine de l'Afrique Noire. Edit. Saint-Paul, 1964.
- JULIEN, CH. A.
Histoire de l'Afrique. Paris, P. U. F., 1941.
Histoire de l'Afrique du Nord. Payot, 1964, 2 vols.
- JULIEN, CH. A., BOURGIN, CROUZET e RENOUVIN, *Les politiques d'expansion impérialiste*. Paris, P. U. F., 1949.
- KAMAL, Y., *Monumenta cartographica Africae et Aegypti*. Cairo, 1926-1951, 5 tomos, 16 vols.
- KINGSWORTH, G. W., *Africa South of the Sahara*. Cambridge Univ. Press, 1967.
- KI-ZERBO, J., *Le Monde Africain Noir*. Paris, Hatier, 1964.
- HYMES, D. A., «Lexico statistics so far», in *Current Anthropology*, t. 1, 1 de Janeiro de 1960, pp. 3-44.
- LABOURET, H., *Histoire des Noirs d'Afrique*. Paris, P. U. F., 1950.
- LAUDE, J., *Les Arts de l'Afrique Noire*. Paris, «Le Livre de poche», 1966.
- LAVACHERY, H., *Statuaire de l'Afrique Noire*. Neuchâtel, Edit. de la Baconnière, 1954.
- LEFROU, Dr. G., *Le Noir d'Afrique. Raciologie*. Paris, Payot, 1943.
- LEIRIS, M., *Les nègres d'Afrique et les arts sculpturaux*. Paris, U. N. E. S. C. O., 1953.
- LEIRIS, M., e DELANGE, J., *Afrique Noire. La création plastique*. Paris, Gallimard, 1967.
- LÉNINE, V. I. O., *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. Paris, Edit. Sociales, 1945.
- LENZINGER, E., *Afrique. L'art des peuples noirs*. Paris, Albin Michel, 1962.
- LLOYD, P. C., *Africa in Social Change*. «Penguin books», 1967.
- MALINOVSKI, B., *Methods of study of culture contact in Africa*. Londres, O. U. P. edit., 1938.
- MAQUET, J.
Les civilisations noires. Paris, «Marabout», 1962.
Africanité traditionnelle et moderne. Prés. Afric., 1967.
- MARMOL, L. DE, *L'Afrique*. Paris, 1967. Trad. por N. P. d'Ablandcourt.
- MAUNIER, R., *Sociologie coloniale*. Domat-Montchrétien, 1932.
- MAUNY, R.
Tableau géographique de l'Ouest Africain au Moyen Age. Dacar, IFAN, 1961.
Les siècles obscurs de l'Afrique Noire. Paris, Fayard, 1971.
- MEINHOF, F. C., *An Introduction to the phonology of the Bantu Languages*.
- MEYNIER, O. CAP., *L'Afrique Noire*. Paris, E. Flammarion, 1914.
- MONTEIL, V., *L'Islam noir*. Paris, Seuil, 1964 e 1970.
- MOULIN, A., *L'Afrique à travers les âges*. Paris, Ollendoif, 1919.

- MONOD, TH., *Histoire de l'Afrique Occidentale française*. Paris, Delagrave, 1924.
- MOSMANS, G., *L'Eglise à l'heure de l'Afrique*. Paris, Casterman, 1961.
- MUKAROVSKY, H., *L'Afrique d'hier et d'aujourd'hui*. Paris, Casterman, 1964.
- MURDOCK, P., *Africa, its peoples and their culture history*. McGraw-Hill Book Co, 1959.
- NIANE, D. T., e SURET-CANALE, J., *Histoire de l'Afrique Occidentale*. Paris, Prés. Afric., 1961.
- NKETIA, H. J., *History and Organisation of Music in West Africa*. Institute of African Studies Ghana, Legon.
- OGILBY, J., *Africa. Description of Egypt, Barbary, Libya land of negroes*. Etiópia, Londres, 1970.
- OLIVER, R., *The Middle-Ages of African History*. Londres.
- OLIVER, R., e FAGE, M. D., *A Short history of Africa*. «Penguin books», 1962.
- OLIVER, R., e ATMORT, *Africa since 1800*. Cambridge Univ. Press, 1967.
- OSEI, G. K.
The African. His Antecedents, his genius and his destiny. The African Publication Society, 1967.
The forgotten great Africans 3000 B. C. to A. D. 1959. 1965.
- PADMORE, G., «Panaficanisme ou communisme?», *Présence Africaine*, 14.
- PARRINDER, G., *La Religion en Afrique Occidentale*. U. C., Ibadão.
- PAULME, D.
Les sculptures de l'Afrique Noire. Paris, P. U. F., 1956.
Les civilisations africaines. Paris, P. U. F., 1960.
Parures africaines. Hachette, 1956.
- PETY DE THOZEE, CH., *Théories de la colonisation au XIX^e siècle et rôle de l'Etat dans le développement*. Bruxelles, Imp. de Hayez, 1902.
- PEYROUTON, M., *Histoire générale du Maghreb*. Paris, Albin Michel, 1966.
- PHEROTÉE DE LA CROIX, *Relation universelle de l'Afrique ancienne et moderne*. Lião, T. Amaury, 1688, 4 tomos.
- PIM, SIR A., *The financial and economic History of the African Tropical territories*. O. U. P., 1940.
- Présence Africaine*
 «Le Monde Noir».
 «L'Art Nègre».
 «Hommage à Richard Molard» (15), 1953.
 «Le travail en Afrique».
 «1^{er} et 2^e Congrès des Ecrivains et Artistes Nègres, Paris-Rome».
- RADCLIFFE-BROWN e D. FORDE, *Systèmes familiaux et matrimoniaux en Afrique*. Paris, P. U. F.
- RAINERO, R., *Storia dell' Africa dell epoca coloniale ad oggi*. Turim, 1966.
- RAMBAUD, J. B., «Des rapports de la langue yorouba avec la langue de la famille mandé», *Bull. Soc. Ling.* (44), 1897.
- RICHARD-MOLARD, L'A. O. F. Paris, Berger-Levrault, 1949.
- ROTBERG, I. R., *Political history of Tropical Africa*. O. U. P. edit., 1963.
- ROUSSEAU, M., *Introduction à la connaissance de l'Art présent*. O. U. P. edit., 1963.
- Royaumes africains (Les)*. Col. «Les grandes époques de l'homme».
- RUSSEL WARREN, H., *Black Africa*. New African Library, 1967.
- SELIGMANN, C. G., *Les Races de l'Afrique*. Paris, Payot, 1935.
- SCHNELL, R., *Plantes alimentaires et agricoles de l'Afrique Noire*. Paris, Larose, 1957.
- SHAW, A. T., *The study of Africa's Past*. Londres, 1946.
- SHINNIE, M., *Ancient African Kingdoms*. Edward Arnold, 1965.
- STAMBERGER, W., *Dějiny Kolonialismu (Histoire du Colonialisme)*. Praga, Orbis, 1963.

- SURET-CANALE, J.
Afrique Noire Occidentale et Centrale. L'ère coloniale 1900-1945. Edit. Sociales, 1964.
L'Afrique Noire. Paris, 1958 (col. «La Culture et les Hommes»).
- TECHIMMO, R. M. (Mét), *L'homme noir dans l'Eglise*. Paris, Prés. Afric., 1963.
- TEMPELS, R. P. P., *La philosophie bantoue*. Paris, Prés. Afric., 1965, 3.^a ed.
- TERRISSE, A., *L'Afrique de l'Ouest, berceau de l'art nègre*.
- THEILE, A., *Les Arts de l'Afrique*. Arthaud.
- TRIMINGHAM, S. J., *A history of Islam in West Africa*. O. U. P. edit., 1962.
- VALLOIS, H. V.
Les Races humaines. Paris, P. U. F., 1948.
 «Race et Racisme». Conf. UNESCO Moscovo-Paris. *L'Anthropol.*, t. 69, 1965, n.^o 162.
- VAN OVERBERGH, C., *Les nègres d'Afrique, Geogr. Humaine*. Bruxelles, 1913.
- WARD, W. E. F., *A history of Africa*. Londres, Ruskin House, 1960, t. 1.
- WAUTHIER, CL., *L'Afrique des Africains. Inventaire de la Négritude*. Paris, Seuil, 1964.
- WESTERMANN, D., *Noirs et Blancs en Afrique*. Paris, Payot, 1937.
- WIEDNER, D. L., *L'Afrique Noire avant la colonisation*. Nouveaux Horizons, 1962.
- ZEUNER, F. E.
A History of domesticated animals. Londres, Hutchinson, 1963.
Dating the past. An introduction to Geochronology. Londres, Methuen, 1946.
- ZIEGLER, J.
Sociologie de la Nouvelle Afrique. Paris, Gallimard, 1964.

The study of Africa. Londres, brochura da Universidade, Methuen, 1967.
Tradition et modernisme en Afrique Noire. Paris, Seuil, 1965.

REVISTAS

- Afrika* (Munique).
- Africa Annual Survey and Documents*, n.^o 1, 1969 (C. Legum e J. Drysdale).
- Africa*. Órgão do International African Institute (I. A. I.) (Londres).
- Afrika und Übersee* (Hamburgo).
- African Abstracts*.
- African Affairs*.
- African Studies Bulletin* (Universidade de Bóston).
- African Studies Bulletin* (Nova Iorque).
- Afrique contemporaine* (Paris).
- Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire (BIFAN)* (Dacar).
- Ghana Notes and Queries* (Acra).
- Journal de la Société des Africanistes* (Paris).
- Journal of the Historical Society of Nigeria* (Ibadão).
- Journal of the Royal Anthropological Institute*.
- Journal of the School of Oriental and African Studies*.
- Journal of Negro History* (E. U. A.).
- Les Cahiers d'Outre-Mer* (Bordéus).
- Man*.
- Notes Africaines* (N. A.) (Dacar).
- Odu* (Ibadão).
- Présence Africaine* (Paris).
- Publicações dos Institutes of African Studies de Legon, Acra e Ibadão.
- Sierra Leone Studies* (Freetown).

Tanganyika Notes and Records (Dar es-Salam).
The Journal of African History (Londres).
The Uganda Journal (U. J. Kampala).
Transactions of the Historical Society of Ghana (Acra).
Transactions of the Kenya Historical Society (Nairobi).
Universitas (Acra).
West Africa (Londres).
Journal of African History (Cambridge).

A pré-história. A África, pátria do homem

I. INTRODUÇÃO

Em África, mais do que em qualquer outra parte, caminhamos sobre o nosso passado. A maior parte da história africana está enterrada e, para interrogar seriamente o passado deste continente, é preciso procurar abaixo da terra. Mas não se deve ir lá sem guia nem desordenadamente, porque, «quando não se sabe o que se procura, não se compreende o que se encontra».

A arqueologia e a paleontologia africanas adquiriram já as suas cartas de nobreza e contribuíram largamente para o progresso geral destas duas ciências.

A paleontologia humana estuda os restos ósseos dos seres humanos classificados pela antropologia. Os restos fósseis consistem em crânios, em esqueletos completos ou parciais, associados ou não a detritos ou sinais de flora e de fauna. É por isso que a paleontologia animal é um complemento normal da paleontologia humana, pois os restos de animais consumidos servem para revelar o regime alimentar dos homens pré-históricos e até para datar a sua existência. Quanto à arqueologia pré-histórica, ela estuda todos os vestígios da actividade humana: cinzas, armas, restos de *habitat*, utensílios de pedra, de ossos ou de tartaruga, objectos artísticos, etc. Apesar dos resultados espectaculares já alcançados, a África pré-histórica apenas revelou até agora uma ínfima parte dos seus tesouros. Muito raros são os países africanos que têm um programa de escavações sistemáticas. Nestas condições, devem estar sempre presentes no espírito os princípios seguintes:

- A partir de alguns vestígios esparsos é arriscado esboçar um quadro coerente da pré-história africana.

- A partir de alguns ossos ou fragmentos de ossos devemos-nos abster de nos pronunciar definitivamente por extrapolação sobre o conjunto do esqueleto ausente e, sobretudo, de lhe determinai a «raça». Isto porque são necessários outros elementos de ordem socioeconómica, climática ou biológica para situar correctamente esses vestígios.